



Universidade de Aveiro

Ano 2012

Departamento de Ciências
Sociais, Políticas e do
Território

**CARLOS ALBERTO
DOS SANTOS
MARTINS**

**AS DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E A
SEGURANÇA INTERNA PORTUGUESA**



Universidade de Aveiro

Ano 2012

Departamento de Ciências
Sociais, Políticas e do
Território

**CARLOS ALBERTO
DOS SANTOS
MARTINS**

**AS DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E A
SEGURANÇA INTERNA PORTUGUESA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes, Professora Auxiliar, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto, Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus avós... Um forte abraço ao meu avô Porfírio e um grande beijo a essa grande mulher que foi à minha avó Rosinda.

O júri

Presidente	Professor Doutor Filipe José Casal Teles Nunes, Professor Auxiliar Convidado, Universidade de Aveiro.
Vogal - Arguente Principal	Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues, Professora Associada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Vogal - Orientadora	Professora Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes, Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro.
Vogal – Coorientadora	Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto, Professora Associada, Universidade de Aveiro.

Agradecimentos

O trabalho que agora concluo e apresento é obviamente fruto do meu trabalho mas, não teria sido possível concluir está empreitada sem a prestimosa colaboração de algumas pessoas. Em primeiro lugar quero agradecer aos meus colegas que ao longo destes cinco anos (licenciatura e mestrado) comigo privaram e tanta força me deram, especialmente nos momentos mais complicados. Em segundo lugar agradeço a todos os meus professores que foram inultrapassáveis.

Ao Professor Carlos Jalali uma referência muito especial pela perseverança e paciência que teve comigo. Por vezes rigoroso, mas sempre justo.

À Professora Maria Luís e à Professora Cristina, sem elas jamais teria sido possível terminar este trabalho.

Às minhas companheiras de muitas “lutas” Diana, Tânia e Andreia, pelo companheirismo e amizade que, desinteressadamente, sempre me dispensaram.

Finalmente à minha esposa e filhos por tudo quanto tiveram de aturar...
A todos o meu

MUITO OBRIGADO.

Palavras-chave

Evolução demográfica, segurança, segurança interna, criminalidade.

Resumo

As questões relacionadas com a segurança têm ao longo do tempo representado uma preocupação constante para os Governos. Sobre a matéria, podem ser considerados dois cenários possíveis: as relações interestados e a segurança intrafronteiras. Nas relações interestados, as fronteiras e a integridade territorial ganham primazia. Relativamente à segurança intrafronteiras, imergem as questões ligadas às pessoas, nomeadamente a segurança interna.

Ao longo do trabalho, e com recurso e testes de associação (correlação e determinação), procura-se esclarecer se a adoção de comportamentos desviantes por parte do indivíduos é uma questão intrínseca ou se pelo contrário estes interagem com o meio que os envolve. As conclusões aferidas, que seguem na mesma direção das principais correntes de investigação sobre esta matéria, sustentam que os fatores endógenos, como por exemplo as condições sociodemográficas, influenciam o indivíduo com implicações ao nível da segurança interna.

Keywords

Demographic change, security, homeland security, crime.

Abstract

The issues related to security have been a constant concern for governments. On this matter we can consider two possible scenarios: inter - States relations and security inside borders. In the inter - States relations, borders and territorial integrity gains primacy. Regarding safety inside borders, issues related with people immerse, including homeland security.

Throughout the work, and using tests of association (correlation and determination), we seek to clarify whether the adoption of deviant behavior by individuals is an intrinsic matter, or whether on the contrary they interact with the environment that surrounds them. The findings verified, that follow the same direction of the main research current on this issue, maintain that the endogenous factors, such as socio demographic conditions, influence the individual with implications for internal security.

ÍNDICE

Introdução	1
CAPITULO I	3
1.1. A problemática.....	3
1.2. A abordagem biológica e hereditária.....	5
1. 3. A abordagem psicológica	6
1. 4. A abordagem sociológica	7
1. 5. A teoria dos rótulos	7
1. 6. A pobreza como fator de exclusão	9
1.7. A cidade, a violência urbana e minorias.....	10
1.8. As cidades e o controlo informal da sociedade	13
1. 9. Os factores: globalização e tecnologia	15
1. 10. O percurso português até à União Europeia.....	16
1.11. O Estado em matéria de segurança	20
CAPITULO II.....	27
2.1. A formulação de hipóteses	27
2.2. Elaboração da proposta/metodologia	29
2.3. Operacionalização das variáveis	31
2.4. Indicadores sociais.....	33
CAPITULO III	37
3.1 Estrutura da população portuguesa em 2001 e 2011	37
3.2. Variação percentual da população entre 2001 e 2011.....	38
3.3. Saldo natural por regiões 2001 – 2011	41
3.4. Saldo migratório por regiões 2001 - 2011.....	42
3.5. Relação de masculinidade por regiões 2001 – 2011	42
3.6. Índice de dependência total por regiões 2001 - 2011	43
3.7. Densidade populacional por regiões 2001 – 2011	44
3.8. Níveis de habilitações mais elevados concluídos 2001 – 2011	46
3.9. Taxa média de desemprego por regiões 2001 - 2011	48
3.10. Produto interno bruto por regiões 2001 – 2011	50
3.11. Produto interno bruto per capita	51

3. 12. Proporção do poder de compra por regiões em relação ao resto do País	52
3.13. Proporção do poder de compra per capita, por regiões com o resto do País.....	53
CAPITULO IV.....	57
4.1. Testes de associação.....	57
4.2. Crimes contra as pessoas	62
4.3. Crimes contra o património.....	65
4.4. Crimes contra a vida em sociedade.....	66
4.5. Crimes contra o Estado	68
4.6. Crimes previstos em legislação avulsa	69
4.7. Análise dos resultados	70
Conclusões	75
Bibliografia.....	81

Índice de Tabelas

Tabela nº 1	Proporção (%) da população por local de residência, sexo e grupo etário em relação ao total do País.....	42
Tabela nº 2	Variação % da população, por sexo, local de residência e grupo etário 2001 – 2011.....	43
Tabela nº 3	Saldo natural por regiões 2001 – 2011.....	46
Tabela nº 4	Saldo migratório por regiões 2001 – 2011.....	47
Tabela nº 5	Relação de masculinidade por regiões 2001 – 2011.....	47
Tabela nº 6	Índice de dependência total por regiões 2001 – 2011.....	48
Tabela nº 7	Densidade populacional por regiões 2001 - 2011.....	49
Tabela nº 8	Níveis de habilitações mais elevados concluídos por regiões - 2001....	51
Tabela nº 9	Níveis de habilitações mais elevados concluídos por regiões – 2011...	51
Tabela nº 10	Taxa média de desemprego por regiões 2001 – 2011.....	54
Tabela nº 11	Produto interno bruto por regiões 2001 – 2011.....	55
Tabela nº 12	Produto interno bruto per capita por regiões 2001 – 2011.....	56
Tabela nº 13	Proporção do poder de compra (%) no total do - País por região - 2000 - 2009.....	57
Tabela nº 14	Proporção do poder de compra (%) per – capita no total do - País por região 2000 – 2009.....	58
Tabela nº 15	Crimes registados pelas autoridades por região e categoria 2001.....	59
Tabela nº 16	Crimes registados pelas autoridades por região e categoria 2011.....	59
Tabela nº 17	Resumo dos coeficientes da correlação de Pearson – 2001.....	62
Tabela nº 18	Resumo dos coeficientes da correlação de Pearson – 2011.....	63
Tabela nº 19	Resumo dos coeficientes da determinação – 2001.....	65
Tabela nº 20	Resumo dos coeficientes da determinação – 2001.....	66

Índice de Anexos

Anexo nº 1	Base de dados utilizada para análise em SPSS.....	CD
Anexo nº 2	Output's relativos aos coeficientes de correlação de Pearson.....	CD
Anexo nº 3	Output's relativos aos coeficientes de determinação.....	CD

Os anexos 1, 2 e 3, referem-se à base de dados usada para o trabalho estatístico e aos output's relativos aos coeficientes de correlação de Pearson e aos coeficientes de determinação que pela sua extensão, fazem parte do CD que se junta.

Siglas

CEE	Comunidade Económica Europeia
CRP	Constituição da República Portuguesa
EFTA	European Free Trade Association
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAI	Ministério da Administração Interna
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpc	Produto Interno Bruto per capita
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SPSS	Statistical Sackage for the Social Sciences
UE	União Europeia

Introdução

As abordagens às causas da criminalidade são diversas. Na verdade, facilmente se encontram explicações que de alguma forma tentam dar resposta às questões sobre os motivos que levam indivíduos a cometer ilícitos, e assim interferirem com a segurança interna.

Os primeiros estudos sobre a matéria tendiam a justificar os comportamentos contrários à Lei, por via de características intrínsecas dos delinquentes. São exemplo as abordagens biológicas e hereditárias e psicológicas, que pretendiam explicar os comportamentos como algo que fizesse parte da pessoa. Naturalmente que estas abordagens pouco ou nada explicaram. Por outro lado, uma abordagem sociológica certamente se aproximará melhor das causas que levam indivíduos a adotarem comportamentos contrários à norma, desde logo porque a própria norma é uma construção sociológica na medida em que são os mais poderosos que determinam o que é lícito ou ilícito e impõem comportamentos aos mais fracos.

Numa perspetiva vestefaliana os Estados atuam como sendo os únicos atores do cenário internacional. Nesse paradigma a integridade territorial e a defesa das fronteiras dominavam o panorama securitário, sendo que os Estados eram os únicos detentores do direito do uso legítimo da força. O processo de globalização em curso determina mudanças substanciais nas relações interestados. As fronteiras perdem relevância, a circulação de pessoas e bens é agora facilitada como nunca e os Estados perdem alguma da sua soberania em favor de entidades supranacionais como por exemplo a União Europeia. A par da perda de soberania dos Estados em favor de entidades supranacionais, internamente também se constata uma certa partilha de responsabilidades em matéria de segurança interna, quer por via das Polícias Municipais, quer pela proliferação de empresas de segurança privada, está em causa o monopólio do Estado em matéria de segurança e assiste-se a uma fase de governance da segurança a par de um nicho de mercado a explorar.

O paradigma securitário atual tende a centrar as preocupações em matéria de segurança nas pessoas em detrimento das questões territoriais. Nessa perspetiva é

importante perceber quais as motivações que levam as pessoas a praticarem atos ilícitos com consequências ao nível da segurança interna.

Assim, o trabalho encontra-se organizado em duas grandes áreas: a primeira refere-se aos Capítulos I e II, que correspondem à parte teórica do trabalho. No Capítulo I é apresentada a problemática bem como as diferentes abordagens e teorias existentes como a abordagem biológica e hereditária, a abordagem psicológica, a abordagem sociológica e a teoria dos rótulos. As cidades e a violência urbana, as minorias e ainda pobreza como fatores de exclusão bem como a definição do conceito de segurança surgem no Capítulo I. O Capítulo II refere-se à metodologia usada, ou seja é no Capítulo II que surgem as hipóteses a testar e se apresenta a proposta metodológica bem como as variáveis e indicadores a ter em conta em função da bibliografia referenciada. Os Capítulos III, IV e V, referem-se à parte empírica do trabalho, sendo que no Capítulo III se procede à caracterização sociodemográfica de Portugal no período compreendido entre 2001 e 2011. No Capítulo IV, com base na literatura de referenciada foram selecionadas variáveis dependentes e variáveis independentes que através de testes de associação com recurso ao SPSS (testes de correlação e testes de determinação), aferiram se as condições sociodemográficas influenciam a segurança interna portuguesa. No Capítulo V apresenta-se as conclusões e finalmente no ponto 6 apresenta-se a bibliografia.

CAPITULO I

1.1. A problemática

À luz do Tratado de Vestefália os Estados são os únicos atores no cenário internacional, a integridade das respetivas fronteiras surge como a principal preocupação em matéria de segurança. A queda do Muro de Berlim, a implosão do bloco soviético e o consequente fim da Guerra Fria abre definitivamente caminho à globalização. Os Estados são agora muito mais interdependentes e perdem alguma da sua soberania face a emergência de entidades supranacionais e infranacionais como são exemplo a União Europeia e organizações não-governamentais de carácter civil.

Muito embora a questão das fronteiras venha progressivamente a perder importância, facilitando-se como nunca a livre circulação de pessoas e mercadorias, a questão da segurança manteve-se no centro das preocupações quer dos Estados quer dos Cidadãos, se bem que com outra conceptualização. Em Democracia, os direitos liberdades e garantias dos Cidadãos devem ser assegurados pelo Estado. Estes devem produzir políticas públicas que garantam a segurança das populações, quer face a ameaças exteriores quer em termos de segurança interna. É certo que as questões da segurança não têm sido muito exploradas pelo mundo académico, contudo, alguns trabalhos vão aparecendo, justificando a oportunidade e pertinência do tema face ao crescente sentimento de insegurança e suas consequências económicas e sociais.

As condições sociodemográficas foram-se alterando ao longo do tempo. No período em análise, entre 2001 e 2011, a população portuguesa cresceu, contudo, o número de nascimento diminuiu e aumentou a longevidade, cada vez se vive mais tempo. Esse facto conduz ao duplo envelhecimento da população com evidentes efeitos em termos sociais como por exemplo o aumento do tempo de vida para além da vida ativa. As mulheres cada vez estão mais integradas no mercado de trabalho o que tem efeitos na relação familiar. A ênfase centra-se agora muito mais na carreira profissional do que na família. A responsabilidade da educação dos filhos transferiu-se em parte para a escola, em detrimento da família. Também as condições socioeconómicas variam e com elas variam

também as migrações. Portugal no início da década de 2000 registou um forte crescimento da taxa de imigração, contudo, tal facto já não se verifica no final dessa década.

Com facilidade encontram-se alguns tipos de associações que visam de alguma forma explicar o fenómeno das incivilidades em geral e da criminalidade em particular. A associação entre o aumento da criminalidade e o aumento da imigração, ou a associação entre o aumento da criminalidade com períodos de crise económica, ou ainda a associação entre a criminalidade e o sexo, raça, condição económica ou social são alguns exemplos.

Na verdade, a bibliografia de referência induz à rejeição de que sejam fatores de carácter endógeno os que mais condicionam os indivíduos no sentido destes adotarem comportamentos desviantes em relação à Lei e aos “bons costumes”. Em sentido contrário, parece que as circunstâncias condicionam consideravelmente. Numa perspetiva vestefaliana, os Estados comportam-se como os únicos atores na cena internacional, contudo, a implosão do bloco soviético, a queda do muro de Berlim, o fim da guerra fria e mais recentemente o fenómeno do terrorismo alteram esse paradigma. As fronteiras perdem relevância face a globalização e, como nunca, facilita-se a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais, sendo que os Estados face a essa globalização partilham cada vez mais as suas responsabilidades com estruturas supranacionais e infranacionais em matérias até então exclusivas.

É frequente ver-se plasmado em órgãos de comunicação social algum tipo de relação entre criminalidade e imigração que a bibliografia parece rejeitar. Muito mais que a origem provavelmente as causas de variações na criminalidade estarão relacionadas com fatores endógenos, como a família, o local onde se vive, as habilitações ou as condições económicas (Vervoorn, Nimwegen, Leeuw, & Laan, 2007). Efetivamente, os dados sobre a criminalidade referentes aos anos de 2001 e 2011 revelam que houve um aumento dos crimes registados pelas autoridades. Importa agora verificar como é que essa variação da criminalidade se relaciona com as alterações sociodemográficas em Portugal no período compreendido entre 2001 e 2011.

As dinâmicas sociodemográficas e a segurança em Portugal constituem a problemática de base de toda a investigação que agora se apresenta. Procura-se, assim dar

resposta à questão de “*qual o papel da evolução sociodemográfica na segurança interna portuguesa*”.

Em suma, parece que muito mais do que a biologia ou a hereditariedade, as circunstâncias quer de carácter puramente demográfico, mas também sociais e económicos, são os que mais influenciam o comportamento dos atores sociais.

1.2. A abordagem biológica e hereditária

Cesare Lombroso, estudioso italiano dos anos 70 do Século XIX, citado em Giddens (1998, p. 11), muito embora não contestasse a influência do processo de socialização julgava que os delinquentes poderiam ser identificáveis em função da forma dos respetivos crânios. Este estudioso do Século XIX defendia que os delinquentes eram “biologicamente degenerados” ou anormais (Giddens, 1998, p. 11). Muito embora as ideias de Cesare Lombroso estejam totalmente ultrapassadas, a sua linha de pensamento teve continuidade. Outros estudos defendendo o seu ponto de vista lhe sucederam sendo famosos os estudos que relacionavam a propensão para a adoção de comportamentos criminosos com a hereditariedade (Giddens, 1998, p. 11). Mas, segundo Giddens (1998, p. 11), tendo em conta não ser possível distinguir as “influências inatas das influências ambientais”, tais estudos não demonstraram absolutamente nada. Posteriormente outra teoria distinguia três tipos de seres humanos sendo que os mais musculosos eram mais propensos a cometer crimes do que os indivíduos magros ou gordos (Sheldon, 1949; Glueck e Glueck, 1956) citados em Giddens (1998, p. 11). Criticando esta teoria, Giddens (1998, p. 11) defende que não existe qualquer relação entre os dotes físicos do indivíduo, e a propensão para adotar comportamentos delinquentes. Também a haver alguma relação entre a criminalidade e o físico tal facto poderá apenas ficar a dever-se ao exibicionismo do indivíduo no sentido de mostrar os seus atributos atléticos (Giddens, 1998). Este autor argumenta ainda que os trabalhos enunciados fundamentam-se em estudos efetuados com base em indivíduos privados da liberdade que, pela sua presença física, provavelmente com mais facilidade seriam encaminhados para instituições de internamento comparavelmente

com indivíduos de aparência franzina. Há indivíduos mais “irritáveis e agressivos” do que outros e isso pode influenciar a prática de crimes violentos contra as pessoas, contudo, nada prova que essas características sejam inatas (Giddens, 1998, p. 11).

1. 3. A abordagem psicológica

Na mesma linha das teorias “biológicas” também algumas abordagens com recurso à psicologia associavam a criminalidade a determinadas características de personalidade (Giddens, 1998, p. 11). Alguns autores, conforme refere Giddens (1998, p. 11), consideram que certos indivíduos “desenvolvem personalidade anormal ou psicopática”. É certo que alguns psicopatas cometem crimes violentos, mas não é certo que todos os psicopatas adotem comportamentos criminosos. A dúvida suscitada por Giddens (1998, p. 11) fundamenta-se no facto de os estudos efetuados suportarem-se em indivíduos a cumprir penas de prisão. Aliás esta observação crítica já tinha sido efetuada no âmbito das teorias biológicas.

Segundo Giddens (1998, p. 11) as teorias psicológicas apenas podem explicar alguns aspetos da criminalidade, é improvável que personalidades diferentes determinem a apetência para a atividade delincente tendo em conta a grande diversidade de crimes e mesmo que o foco incidisse num tipo determinado de crime, outros fatores exógenos influenciariam os criminosos. É pouco crível que um indivíduo isolado desenvolva apetências idênticas às dos indivíduos inseridos em grupos organizados (Giddens, 1998, p. 11). Dessa forma, é provável que o ambiente externo se reflita na personalidade do indivíduo e não esta desencadear no sujeito comportamentos delinquentes (Giddens, 1998, p. 11).

1. 4. A abordagem sociológica

Uma abordagem sociológica da criminalidade pode explicar satisfatoriamente o fenómeno, já que são as instituições da sociedade que definem o que é crime (Giddens, 1998, p. 12). Este autor diz que as sociedades possuem diversas subculturas e há comportamentos que no seio de uma determinada subcultura são comportamentos impróprios mas que em outra subcultura diferente esses mesmos comportamentos são socialmente aceites.

Edwin H. Sutherland, citado em Giddens (1998, p. 12), efetivou a relação entre a criminalidade e aquilo que apelidou de “associação diferencial”. Com efeito a ideia de associação diferencial enuncia que havendo diferentes subculturas no seio de uma sociedade, determinados ambientes externos podem potenciar a prática de comportamentos ilícitos ou lícitos. Segundo este autor, Sutherland (1949), os indivíduos são influenciados pelo ambiente externo e tornam-se criminosos ou delinquentes quando associados a pessoas que se regem por normas criminosas. Refere ainda que grande parte dos comportamentos ilícitos é apreendida no “seio de grupos primários” (Sutherland, 1949) citado em Giddens (1998, p. 12), fundamentalmente entre iguais. Assim sendo, esta teoria diverge em relação às abordagens “biológica e psicológica”, ou seja, segundo Sutherland (1949) a prática criminosa é algo que se apreende a exemplo dos comportamentos socialmente aceites.

1. 5. A teoria dos rótulos

A teoria dos rótulos é um dos mais significativos contributos para a compreensão da criminalidade, segundo Giddens (1998, p. 12). Os defensores desta teoria sustentam que os desvios comportamentais individuais ou de grupo, não são o produto de características endógenas mas sim o resultado da interação de delinquentes e não delinquentes (Giddens, 1998, p. 12). Para se perceber o fenómeno é necessário perceber por que motivo certos indivíduos ou grupos são rotulados como delinquentes. A esse respeito Giddens (1998, p.

12) argumenta que a rotulagem é o fruto da capacidade que alguns têm para impor a outros os seus conceitos de delinquência tais como: as forças de segurança, os maridos perante as mulheres, os adultos em relação às crianças e jovens ou os ricos face aos pobres. Esses rótulos acabam por estratificar a sociedade e hierarquiza-la em função dos respetivos poderes (Giddens, 1998, p. 12).

“...Muitas crianças participam em atividades como saltar para os jardins dos vizinhos, partir janelas, roubar fruta ou faltar às aulas. Num bairro rico tudo isso poderá ser visto pelos pais, professores e pelos polícias, como aspetos relativamente inocentes do processo de crescimento. Nas zonas pobres, ao invés, pode ser encarado como uma manifestação de tendências para a delinquência juvenil...” (Giddens, 1998, p. 12).

A estigmatização por parte de professores, empregadores e na generalidade por parte da sociedade é algo que facilmente acontece se alguém é rotulado como delinquente. Em consequência dessa estigmatização o jovem naturalmente seguirá o caminho da delinquência, afastando-se cada vez mais daquilo que a sociedade considera adequado. Ao primeiro ato de infração Edwin Lemert (1972) citado em Giddens (1998, p. 12) considerou “delinquência primária” e chamou “delinquência secundária” quando o indivíduo se revê no rótulo que lhe foi atribuído. Uma vez na presença de pequenos atos desviantes, que poderiam ser considerados como o resultado accidental do processo de crescimento de um jovem, como por exemplo partir a montra de um estabelecimento e dessa forma considerar-se desculpável, sem prejuízo de uma reprimenda ou uma pequena multa, ao jovem for imposto um castigo mais severo provavelmente aquele primeiro ato poderá ser o primeiro passo para a “delinquência secundária”. Na realidade adota-se uma medida mais desculpante ou mais severa em função do rótulo atribuído ao infrator (Giddens, 1998, p. 13). Dessa forma, Giddens (1998, p. 13) defende que o processo de aprendizagens do desviado é maximizado por instituições que supostamente deveriam contribuir em sentido oposto, como por exemplo as Polícias e os Tribunais.

No contexto da teoria dos rótulos, nenhum ato é por si só um ato criminoso. Quer dizer que a definição daquilo que é criminoso ou não depende da vontade de quem detém o poder e materializa-se na produção de legislação que depois de interpretada é aplicada pelas Polícias e pelos Tribunais. Contudo, há críticos dessa tese. Estes defendem que há certos atos como: o homicídio, violação ou roubo que são sempre condenados em todas as culturas. Mas, também estes são criticáveis na medida em que nem sempre o homicídio, por exemplo, é condenável, em cenário de guerra até pode ser louvável. Outro exemplo será o que acontecia em Inglaterra, até há pouco tempo, onde à mulher não era reconhecido ter sido violada por relações sexuais forçadas, desde que praticadas pelo marido (Giddens, 1998, p. 13). Muito embora o comportamento delinquente aumente em função da primeira condenação está ainda por provar que tal facto resulte do processo de rotulagem na medida em que muitos outros fatores concorrem nesse sentido, conforme Giddens (1998, p. 14).

1. 6. A pobreza como fator de exclusão

A existência de uma grande decalagem entre pobres e ricos pode influenciar determinantemente as oportunidades à partida dos diferentes indivíduos e grupos e também o tipo de delinquência, é pois natural que furtos e assaltos possam estar diretamente relacionados com indivíduos das camadas mais desfavorecidas. Por outro lado há uma perceção comum de que crimes de burla, evasão fiscal, ou falsificações estão mais relacionados com indivíduos cuja influência e poder é mais evidente.

Sendo a pobreza uma das dimensões e uma forma de exclusão, Lourenço, Lisboa, e Frias (1998, p. 52) advogam que aquela, a pobreza, não se deve confundir com esta, a exclusão, já que a mesma é uma consequência da estigmatização social que pode atingir diferentes tipos de populações, por períodos curtos ou longos (Lourenço, Lisboa, & Frias, 1998, p. 52). A organização das cidades dos nossos dias não é a mesma, os bairros que outrora exerciam um importante papel socializante e um forte controlo social informal são hoje meros locais reduzidos à “troca de pequenos serviços”.

1.7. A cidade, a violência urbana e minorias

A Organização Mundial de Saúde em 2002 definiu violência como:

“ O uso deliberado de força ou poder físico grau de ameaça efetivo contra outra pessoa ou grupo ou comunidade, que cause ou tenha muita probabilidade de causar lesões, morte, ou danos psicológicos, transtornos de desenvolvimento ou privações” (Krug, 2008) citado em Muga (2009, p. 65).

Nessa definição está subjacente a agressividade que conduz o indivíduo a demonstrar o seu poder, a exercer coação, ferir ou agredir. Segundo Garrido (2001, p. 497) citado em Muga (2009, p. 65) a origem das agressões são diversas: podem ser fatores biológicos (estimulação de certas zonas cerebrais, hormonas sexuais) psicológicos (impulsos, aprendizagem social, pensamento criminal, valores e atitudes anti sociais e escassa capacidade para controlar a agressão), micros sociais (experiências infantis de violência, falta de cuidados e atenção, laços sociais pouco sólidos) e macros sociais (influências subculturais, aceitação da violência).

Blackburn (1993) citado em Muga (2009, p. 65) distingue predisposição para a violência de ato agressivo. Segundo o autor, a predisposição para a violência está associada à história pessoal do indivíduo (família, grupo de amigos, experiências infantis, escola e características da personalidade) por outro lado, os atos agressivos relacionam-se com o momento, situação e contexto, que favorecem uma determinada conduta violenta. A violência urbana é hoje transversal aos diversos estratos da sociedade (Muga, 2009, p. 59). A informação chega diariamente aos Cidadãos por via dos órgãos de comunicação de massas com relatos dos mais variados tipos de condutas violentas. Nas famílias assiste-se à “violência intrafamiliar” como os maus tratos físicos e psicológicos ou mesmo homicídios. Na vida pública são os crimes de colarinho branco, branqueamento de capitais, corrupção, tráfico de influências que dominam o cotidiano da informação. Este tipo de

comportamentos interfere com a normal convivência social e configura-se como um problema para a sociedade (Muga, 2009, p. 59).

Muga (2009, p. 79) considera as cidades como espaços potenciadores de condutas violentas devido a fatores facilitadores como a alta densidade populacional, o anonimato, o individualismo, a falta de controlo social de carácter formal e informal. Este controlo social segundo (Muga, 2009, p. 78) refere-se à capacidade da comunidade corrigir comportamentos inadequados na medida em que identifica a socialização como o principal instrumento de controlo social. O controlo social efetiva-se por elementos positivos e negativos que mantêm a sociedade condicionada e diminui os efeitos dos desvios e comportamentos delinquentes dos seus membros. Por controlo social formal entende-se o controlo exercido pelas autoridades, normalmente com recurso ao sistema jurídico-penal, sendo que, este tem um carácter habitualmente repressivo, perpetrado por profissionais que agem em nome do poder judicial (Muga, 2009, p. 79). O poder informal ou socialização é exercido por qualquer pessoa que age num determinado momento contra a delinquência, sem que isso constitua uma atividade profissional, por norma tem um carácter preventivo constituído por normas e valores sociais exercidas no seio da família, bairros e contextos sociais (Muga, 2009, p. 79).

Segundo Scott & Messner (2000, p. 85), parece pacífico que as tendências comportamentais refletem as experiências a que os jovens foram sujeitos. Contudo, essa relação pode ser imperfeita, na medida em que o ciclo de vida pode influenciar a linha comportamental do indivíduo. É especialmente relevante a mudança de comportamento após o casamento. Estudos efetuados sugerem que o casamento pode influenciar o comportamento desviante que o indivíduo adota e pode redirecionar a sua conduta no sentido de reduzir a probabilidade de cometer ilícitos. O sexo a exemplo da idade também surge como uma variável a suscitar controvérsia visto que não há unanimidade em relação a influência que o sexo tem nomeadamente em relação aos crimes violentos. Assim, persiste o debate sobre a relação entre o sexo e o crime (Scott & Messner, 2000, p. 86). O esbater das desigualdades entre o sexo masculino e o sexo feminino, por via do acesso da mulher ao mercado de trabalho e a consequente menor dependência do sexo feminino em relação ao sexo masculino associado à educação cada vez mais equiparada entre rapazes e raparigas indiciam não dever haver grandes diferenças comportamentais dos dois grupos

face ao crime. No entanto, segundo (Scott & Messner, 2000, p. 87) o efeito sobre o crime, de uma cada vez maior aproximação entre os sexos, permanece ainda como uma questão em aberto. Outra abordagem possível tem a ver com a probabilidade de se ser vítima de uma agressão. Nessa perspectiva o status da mulher é um fator determinante, ou seja, quanto mais elevado for o status da mulher mais ela está protegida. Esse status confere à mulher proteção deixando o sexo masculino menos liberto para utilizar de violência para com a mulher (Scott & Messner, 2000, p. 87).

As estatísticas oficiais normalmente indicam a existência de diferenças raciais face ao comportamento delinquente. O tema é certamente delicado e há alguma relutância em falar-se abertamente dele, conforme refere Sampson (1997, p. 58) citado em Scott & Messner (2000, p. 88). Estudos efetuados recentemente nos Estados Unidos revelam que os negros estão muito mais sujeitos à fiscalização policial e a enfrentar cenários de pobreza, de desemprego e de rotura familiar (Scott & Messner, 2000, p. 88), por outro lado, num contexto mais abrangente da sociedade há evidências de que em “nichos” ocupados por brancos ou negros estes tendem a ser bastante diferentes. Os negros estão significativamente mais expostos ao desemprego, desintegração familiar e pobreza (Wilson, 1987,1986) citado em Scott & Messner (2000, p. 88). Por sua vez, Sampson (1997, p.61-62) citado em Scott & Messner (2000, p. 88) acrescenta que essa exposição é maximizada em centros fortemente urbanizados tendo como referência a média das comunidades negras. Esses fatores estruturais e outros de natureza cultural podem potenciar comportamentos conflituantes relativamente às normas vigentes.

Para além das tentativas para se explicar o crime em função das variáveis de carácter individual os investigadores têm também dedicado uma atenção considerável aos efeitos que as estruturas populacionais têm no crime no sentido de verificarem se pessoas inseridas em estruturas demográficas com características diferentes adotam comportamentos também diferentes, com influência ao nível da criminalidade. O procedimento mais comum é verificar-se a estrutura demográfica de determinados grupos tais como: percentagem de homens e mulheres, idades, raças entre outros, comparando-se com outros grupos e com a população em geral fornecem outputs distintos. Scott & Messner (2000, p. 90) são de opinião que indicadores como a idade e sexo nem sempre se relacionam com a criminalidade, como seria de esperar, sendo que provavelmente a

explicação mais consensual relativamente à estrutura populacional seja mesmo a desorganização social.

1.8. As cidades e o controlo informal da sociedade

A comunidade influencia a sociedade e o indivíduo, não só no que à sua identidade e personalidade diz respeito mas também exerce influência no seu comportamento tendo em conta a exposição do indivíduo face à sociedade onde se insere e o pressiona, impelindo-o a adotar comportamentos que a sociedade define como aceitáveis. Os mecanismos de controlo informal exercem um importante efeito no regular funcionamento e controlo social, estes mecanismos de controlo informal, segundo Leal (2010, p. 400) são os que mais eficazmente controlam e regulam a sociedade.

Nas cidades, a coberto do anonimato os “laços primários” que suportam a coesão entre os indivíduos dão lugar a relações superficiais dominadas por símbolos materiais que hierarquizam a sociedade e determinam o lugar do indivíduo e do seu agregado, mas também o estatuto pelo qual deseja ser reconhecido (Leal, 2010, p. 402). A marginalização potenciadora de exclusão social fundamenta-se quase sempre no exercício do poder. Os marginalizados e excluídos são considerados como não adaptados às normas vigentes e por isso muitas vezes comparados como algo dispensável (Leal, 2010, p. 402). Segundo este autor, a situação socioeconómica precária é uma das causas determinantes para a exclusão social, que liberta o excluído das referências da convivência social vigentes. A dificuldade de alguns indivíduos em aceder a determinados bens materiais, da moda, relevantes no contexto social e cultural dominante, poderá induzir os mais desfavorecidos a adotarem comportamentos contrários à norma, como forma de aceder a esses bens e por essa via adquirir o estatuto que os integre socialmente (Leal, 2010, p. 402). Contudo, referenciado pela sociedade como marginal passa a ser considerado pelos outros como sendo um potencial perigo para “a ordem estabelecida” (Leal, 2010, p. 402).

A elevada densidade populacional, característica dos grandes aglomerados populacionais, potencia o isolamento. Pessoas que habitam o mesmo prédio por vezes não

se conhecem e limitam as suas relações ao simples cumprimento muitas vezes institucional que não vai para além do estritamente necessário para a manutenção de uma certa condição funcional, mas superficial (Leal, 2010, p. 411). As relações de carácter secundário são dominantes e impedem o alargamento e fortalecimento das relações entre vizinhos que, pouco ou nada partilham para além das responsabilidades de condomínio. Os residentes até podem saber quem são os seus vizinhos contudo, as inter-relações são fracas e o controlo social é consequentemente também fraco e pouco ou nada eficaz. Os indivíduos pouco ou nada comungam e assim sendo a atenção da comunidade face ao comportamento dos seus elementos é prejudicada, não obstante a sensação de liberdade e independência dos indivíduos e até alguma proteção face a algum comportamento contrário às normas, em termos de pequenas incivildades ou mesmo pequenos crimes em consequência de um certo anonimato (Leal, 2010, p. 411). Em sentido contrário nos meios rurais conhecemos e sabemos quem são os nossos vizinhos, a malha social é apertada e sustentada na partilha e na cumplicidade entre vizinhos (Leal, 2010, p. 412). Qualquer intruso é rapidamente reconhecido e qualquer ato desviante é rapidamente identificado e objeto de atenção por parte da comunidade que exerce um forte controlo informal. Leal (2010, p. 412) defende que as diferentes redes de vizinhança e os distintos graus de solidariedade são determinantes para o sistema informal de controlo da sociedade que se mostra mais eficaz em meios de dimensões mais reduzidas. Quanto mais forte for a rede social mais integrados estão os indivíduos dessa sociedade e maior será o controlo informal exercido pelos seus membros, potenciando-se a capacidade integradora dos membros de uma determinada sociedade. O contrário potencia a indiferença, a estranheza e enfraquece os laços sociais e a solidariedade, facilita a ineficácia do controlo informal e maximiza a sensação de desintegração comunitária (Leal, 2010, p. 423).

As cidades caracterizam-se por ser “espaços privados abertos ao público” conforme alguns autores, propícios ao anonimato, desenhados para a circulação apressada de pessoas e bens. Reinam os hipermercados, os centros comerciais, os terminais de transportes públicos entre outros (Lourenço, Lisboa, & Frias, 1998, p. 52). Segundo estes autores assiste-se a degradação das redes sociais informais, das redes de vizinhança e também das redes familiares, associada a alterações importantes ao nível da estrutura económica. Uma abordagem ao fenómeno criminal nas cidades teria sempre que ter em conta os efeitos destas dinâmicas sociais.

1. 9. Os factores: globalização e tecnologia

O avanço tecnológico registado desde a segunda metade do Século XX acelerou de forma acentuada o processo de globalização em curso. No mundo globalizado as fronteiras perdem importância e os Estados, cada vez menos soberanos, tendem a ser mais interdependentes. Em muitos aspetos, assim como o comércio, a indústria ou a economia, também o crime foi afetado pelo processo de globalização cujo início reporta à queda do muro de Berlim e à implosão do “bloco soviético” (Millan, Foltz, Jackson, & Oberg, 2008, p. 42), o que na prática se traduziu na ascensão do modelo capitalista, assente na livre circulação do trabalho e de capitais, a fim de satisfazerem os mercados. Determinantes nesse processo globalizante são os baixos custos associados ao transporte de matérias-primas, por via da acentuada melhoria dos transportes e das respetivas redes. Não menos importante é o avanço tecnológico registado ao nível das tecnologias da comunicação, nomeadamente no que se refere à massificação do uso da internet. A segurança, nos diferentes Países é agora posta em causa sendo que as polícias cada vez mais estão preocupadas com os crimes económicos (tráfico de capitais), crimes contra a propriedade intelectual, disseminação de vírus informáticos e até mesmo o ciberterrorismo (Millan, Foltz, Jackson, & Oberg, 2008, p. 44). Às autoridades um novo problema se coloca, o de saber quem tem jurisdição no combate ao crime perpetrado através da internet como por exemplo jogos de fortuna e azar, jogados “on line” (Millan, Foltz, Jackson, & Oberg, 2008, p. 44). A expansão do capitalismo promove a expansão dos mercados e abre novas oportunidades de negócio, mas também abre caminho à criatividade dos criminosos (Millan, Foltz, Jackson, & Oberg, 2008). Produtos alimentares não certificados nem controlados no seu processo de fabrico circulam facilmente pelos mercados pondo em perigo a saúde pública (Ritzer, 2010, pp. 368-369). Para se fazer face à globalização do crime há que harmonizar os Códigos Penais dos diferentes Países (Millan, Foltz, Jackson, & Oberg, 2008, p. 44).

1. 10. O percurso português até à União Europeia

Tradicionalmente Portugal sempre foi um País de emigrantes mas também de imigrantes. As correntes migratórias portuguesas caracterizam-se por serem diversificadas (Baganha, 1994, p. 959), na primeira metade do século a emigração portuguesa era fundamentalmente de carácter intercontinental sendo o Brasil e os Estados Unidos da América os destinos mais comuns (Baganha, 1994, p. 595). Contudo, em meados dos anos 1950, com o fim da II Guerra Mundial, vive-se na Europa um momento de forte crescimento económico (Ribeiro, 1998, p. 168). Esse facto aliado à proximidade geográfica de Países como a França, Luxemburgo e Alemanha com Portugal e também a maior facilidade de transportes potenciaram a emigração para esses destinos (Ribeiro, 1998, p. 168).

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960 alguns acontecimentos são determinantes para sociedade portuguesa: em 1959 o regime ditatorial de Salazar mostra alguma abertura externa ao aderir a European Free Trade Association (EFTA) e em consequência disso, rapidamente se verificaram importantes efeitos na economia, indústria e comércio português, especialmente com o exterior, nomeadamente com os Países Europeus (Barreto, 2002). O investimento externo na área da indústria cresceu como nunca, sendo que pela primeira vez a indústria se apresentava como alternativa a agricultura e efetivamente o rendimento das famílias crescia em convergência com o crescimento da economia Nacional (Barreto, 2002). Contudo em 1961 têm início as operações militares em Angola e inicia-se a guerra do ultramar que se estende posteriormente a Moçambique e Guiné.

O período da guerra colonial teve evidente impacto no País ao nível social e económico, mas também demográfico. Economicamente a Nação viu-se obrigada a um esforço enorme para fazer face à guerra. Em termos demográficos, verificou-se uma forte emigração fundamentalmente para a Europa ao mesmo tempo que o recrutamento militar exigia um grande número de efetivos. Esses factos resultaram em significativos efeitos sociais visíveis no estado de pobreza e subdesenvolvimento de Portugal. Viveu-se um forte surto de emigração até 1973 e assistiu-se à mudança do regime político em 1974.

A primeira vaga significativa de entrada de pessoas no País coincide com o processo de descolonização, consequência da revolução democrática de abril de 1974 e o fim do império ultramarino. Verifica-se nesse período a entrada no País de Nacionais portugueses oriundos das ex-colónias ultramarinas (Cunha, 2010, p. 2). Na década de 1980, o forte crescimento económico registado em Portugal, fruto da adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) perpetrada em 1986 influencia a entrada significativa de pessoas em território português, quer como imigrantes, quer como retornados da emigração no estrangeiro (Cunha, 2010, p. 2). Inicialmente Portugal recebe pessoas fundamentalmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) como: Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Na década de 1990, é a entrada de Cidadãos brasileiros que caracteriza a imigração para Portugal, ao que se seguiu a entrada de Cidadãos oriundos dos Países do Leste Europeu em consequência da implosão do bloco soviético, fundamentalmente da Ucrânia e da Rússia (Cunha, 2010, p. 3).

É com revolução democrática de abril de 1974 que se pôs fim ao obscurantismo e isolacionismo em que se vivia em Portugal (Leal, 2010, p. 395). O fim da ditadura abriu caminho à liberalização da economia e ao desenvolvimento do modelo capitalista influenciando determinantemente o estilo de vida dos portugueses (Leal, 2010, p. 395). Decisivo neste processo foi a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), verifica-se a expansão do setor secundário e terciário em detrimento do setor primário que coincide com o deslocamento de populações das zonas rurais em direção às zonas urbanas não só como meio para se melhorar as condições económicas mas também para satisfazer-se as necessidades de mão de obra dos setores secundário e terciário, setores em expansão (Leal, 2010, p. 395). Muito embora os níveis de desenvolvimento em Portugal sigam uma linha de aproximação aos níveis registados pelos Países parceiros, a verdade é que a realidade portuguesa está ainda aquém dos padrões Europeus de desenvolvimento (Leal, 2010, p. 396). São reveladores desse paradigma as fracas qualificações profissionais e escolares dos portugueses, o excessivo nível de analfabetismo, uma economia assente em processos ultrapassados e desadequados aos tempos modernos com recurso a mão de obra desqualificada e barata, potenciadora de exclusão na media em que potenciam “*novas formas de pobreza social*” (Leal, 2010, p. 396). Noutra vertente, Portugal segue a linha dos Países Europeus apresentando baixas taxas de natalidade e

fecundidade, elevados níveis de envelhecimento da população, taxas consideráveis de mulheres no mercado de trabalho, alargamento do tempo médio de vida e preponderância da classe média urbana (Leal, 2010, p. 396).

Segundo Nazareth (2007, p. 56), vive-se atualmente no centro de grandes transformações demográficas, verifica-se um declínio proporcional do volume populacional generalizado no mundo desenvolvido que influencia globalmente as “*dimensões do movimento populacional*”. O número médio de filhos por mulher já não é suficiente para a reposição geracional. Esse facto conjugado com o declínio da mortalidade favorece claramente os grupos étarios mais idosos, com prejuízo dos mais jovens, assistindo-se claramente a um envelhecimento da população (Nazareth, 2007, p. 56). Por certo, a diminuição da importância de jovens na sociedade acarretará consequências, de carácter económico e social de complexa resolução (Nazareth, 2007, p. 56). Estes problemas segundo este autor podem ser disfarçados recorrendo-se a imigração mas, também podem ser potencializados.

Muito embora entre 1960 e a atualidade a variação do número de residentes em Portugal não tenha sido elevada, ou seja a população não cresceu significativamente, houve alterações importantes ao nível das estruturas demográficas (Rosa & Chitas, 2010, p. 12). Em Portugal, como no resto do mundo ocidental, verificou-se uma acentuada quebra do número de filhos por mulher, um aumento da esperança média de vida à nascença, uma forte participação das mulheres no mercado de trabalho, uma acentuada quebra na taxa de mortalidade infantil, entre outras. Em convergência com a Europa registou-se em Portugal um forte envelhecimento da população, fruto do prolongamento da vida e da diminuição do número de nascimento em consequência não só das melhorias das condições de vida, nomeadamente no campo da saúde, mas também pela forte adesão das mulheres ao mercado de trabalho formal (Rosa & Chitas, 2010, p. 16). Paradigmático da aproximação de Portugal aos melhores padrões Europeus é a regressão da mortalidade infantil para números nunca antes atingidos, bem como as consideráveis melhorias ao nível da educação e ainda os avanços registados no campo da segurança social com especial relevo para a proteção no desemprego e na vida pós-ativa.

Nos últimos 50 anos as transformações foram visíveis e o regime democrático abre caminho à adesão da então Comunidade Económica Europeia (CEE). Há muito que os

portugueses invejavam os padrões de vida dos Europeus: elevado nível de vida, liberdade de expressão, aceitação de modos de vida diferentes, multiculturalidade, acesso à educação e ao ensino são elucidativos do progresso verificado em Portugal (Rosa & Chitas, 2010, p. 29). Em 1986, Portugal torna-se membro de pleno direito da CEE. Verificou-se a reprivatização de setores importantes da economia principalmente nas décadas de 80 e 90 (Rosa & Chitas, 2010, p. 11). A entrada em circulação da moeda única (Euro) em 2002 e a participação portuguesa na globalização económica e financeira mundial mudaram a fisionomia do País (Rosa & Chitas, 2010, p. 12). Contudo, o desenvolvimento social, cultural e das estruturas produtivas de Portugal verificado nas últimas décadas fundamenta a assimetria territorial portuguesa (Leal, 2010, p. 396). Se no plano externo Portugal apresenta ainda algum atraso em relação aos níveis de desenvolvimento da União Europeia (EU), internamente a situação socioeconómica apresenta duas realidades: em primeiro lugar verifica-se uma concentração dos grandes centros urbanos no litoral e em segundo lugar constata-se o êxodo das populações do interior em direção às zonas urbanas (Leal, 2010, p. 396). Muito embora Portugal apresente ainda níveis de desenvolvimento inferiores aos padrões dos Países Europeus mais desenvolvidos, no plano demográfico e urbanístico Portugal segue as mesmas tendências dos seus parceiros, facto que inevitavelmente interferirá na segurança, aproximando os índices de criminalidade de Portugal aos índices de criminalidade dos Países Europeus mais desenvolvidos (Leal, 2010, p. 396).

O crescimento das cidades em termos de dimensão e de densidade populacional, as opções urbanísticas, quer em termos estruturais quer em termos de organização dos espaços bem como os critérios subjacentes à locação dos mesmos a diferentes estratos da sociedade potenciam as relações secundárias na sociedade (Leal, 2010, p. 401). Não obstante as diferenças sociais, culturais e económicas a propensão para o consumo é uma característica comum aos diferentes grupos neste mundo globalizado. Constata-se, segundo Leal (2010, p. 401), uma certa homogeneização cultural, fruto da sociedade de consumo que suporta o modelo de produção.

1.11. O Estado em matéria de segurança

A intervenção do Estado em matéria de segurança contribuiu significativamente para o controlo e diminuição da criminalidade ao longo dos séculos, sendo especialmente relevante a quebra do número de homicídios em alguns Países da Europa desde a Idade Média até ao século XIX (Oliveira, 2006, p. 56). Sobre o assunto, Chesnais (1981) e Elias (1973), ambos citados por Oliveira (2006, p. 56), referem que o controlo da violência e da criminalidade foi um facto a partir da crescente intervenção do Estado em matéria de segurança e também do monopólio do Estado no que ao uso legítimo da força diz respeito. Contudo, nos nossos dias, em plena crise do Estado providência, muito embora os Estados reafirmem a prerrogativa do monopólio do uso legítimo da força têm-se revelado incapazes de por si só controlarem a criminalidade e garantirem a segurança dos Cidadãos (Roché 1998a) citado em Oliveira (2006, p. 56).

Como nunca, as questões da segurança fazem hoje parte do quotidiano dos Cidadãos e condicionam a agenda mediática dos Governos (Oliveira, 2006, p. 68). Segundo este autor, tal situação advém do facto de as questões da segurança terem obtido um estatuto de carácter social e político. Roché (1998a) citado em Oliveira (2006, p. 69) advoga que se tem verificado uma nova lógica da segurança que altera de alguma forma conceitos antigos. Este novo paradigma de segurança põe em causa o monopólio dos Estados nesta matéria. A partilha de responsabilidades em questões de segurança é hoje uma realidade que se constata, pela intervenção nessa área, por parte das autarquias locais, por via das Polícias Municipais, mas também pela ingerência da sociedade civil numa área até aqui monopólio do Estado. A segurança dos Cidadãos em locais com grande afluência de pessoas tais como centros comerciais é hoje assegurada por privados. Os eventos públicos ou privados de grande mediatismo, como por exemplo espetáculos desportivos ou musicais estão hoje dependentes em termos de segurança da partilha de responsabilidade entre Polícias e agentes de segurança privados, estamos então numa fase de “*governance*” da segurança.

Se numa primeira fase é o Estado o principal responsável pela diminuição da criminalidade, especialmente dos homicídios, por via da sua crescente intervenção em matéria de segurança e pela utilização do monopólio do uso legítimo da força é agora tido

também como indiretamente responsável pelo aumento da criminalidade na medida em que o Estado-providência induziu a que os Cidadãos abdicassem da respetiva responsabilidade individual optando por serem apenas consumidores inoperantes e apáticos do serviço prestado pelo Estado Oliveira (2006, p. 65). Assim sendo, passivos, os Cidadãos aceitaram que a responsabilidade sobre a segurança fosse unicamente do Estado, afastaram-se da vida social, refugiaram-se em casa, deixaram de interferir e consequentemente o controlo informal da sociedade entrou em decadência Oliveira (2006, p. 65).

Noutra perspetiva, o processo de urbanização, especialmente visível a partir dos anos 60 teve como consequência importantes alterações na vida social, económica e cultural das populações, conforme afirma Gama (1990) citado em Oliveira (2006, p. 65). Na mesma linha de pensamento, Wikström, também citado em Oliveira (2006, p. 65), advoga que existe uma forte relação entre criminalidade e o forte crescimento urbano, sendo que a um maior aglomerado populacional corresponde uma maior incidência de ilícitos.

Assaltos a residências, furtos por carteiristas, roubos de automóveis, são crimes que sempre existiram neste País dito de “brandos costumes” (Fernandes & Rêgo, 2011, p. 167). Contudo, nos nossos dias, o foco dos órgãos de comunicação social centra-se nos assaltos a postos de abastecimento de combustíveis, ourivesarias, entidades bancárias e carjacking, ações estas muitas vezes levadas a cabo com recurso a armas de fogo (Fernandes & Rêgo, 2011, p. 167). A este respeito, Andrade (2008) citado em Fernandes & Rêgo (2011, p. 167) questiona por que motivo um povo de brandos costumes se “habitua a conviver com a violência”?

Considerando o diariamente noticiado nos órgãos de comunicação social alguma contradição parece existir entre o epíteto de “*povo de brandos costumes*” e o crescente relato de crimes violentos. Na mesma linha de contradição, Portugal surge como um País de baixa criminalidade tendo já sido considerado o nono País mais seguro do mundo e o terceiro mais seguro da Europa. Contudo, o forte crescimento do sentimento de insegurança suporta a contradição sugerida naquilo que Fernandes & Rêgo (2011, p. 168) apelidaram de “*um povo irracionalmente medroso*”. Segundo Fernandes & Rêgo (2011, p. 168) as contradições citadas são de certa forma justificadas pelo facto de os dados oficiais disponibilizados pelo MAI, relatórios anual de segurança Interna (RASI), refletirem apenas

parcialmente o espectro da criminalidade. Segundo os autores apenas chegam ou conhecimento das autoridades cerca de 40% dos crimes sendo que os restantes 60% (cifras negras) por diversos motivos não são considerados, ou seja, os números refletidos nas estatísticas oficiais não justificam satisfatoriamente a insegurança sentida pela população. Os números apresentados, segundo Fernandes & Rêgo (2011, p. 168) deveriam ser combinados com outras técnicas de análise com recurso a entidades independentes sob pena de se tornar impossível contradizer os números fornecidos pelo MAI. Por outro lado, parece pacífico que, no caso português, a criminalidade especialmente a do tipo aquisitivo centra-se fundamentalmente no litoral com especial relevância nas zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Fernandes & Rêgo, 2011, p. 170) sendo que na opinião de Lourenço (2011, p. 74), o aumento da criminalidade e o sentimento de insegurança, em termos temporais, tendencialmente correspondem a períodos de crescimento económico e de forte consumo privado. O autor acrescenta ainda como fatores potenciadores da criminalidade a expansão das cidades e a degradação do tecido social, as mudanças verificadas nos modos de vida e fundamentalmente a crise de valores (Lourenço, 2011, p. 74). A par dos indicadores citados o autor acrescenta ainda outros indicadores que na sua opinião indiciam uma “eventual crise nas sociedades ocidentais” como por exemplo o enfraquecimento e a desorganização das estruturas familiares, a pobreza, a exclusão social e a toxicodependência (Lourenço, 2011, p. 75) A respeito e concordando com Lourenço, Oliveira (Oliveira, 2006, p. 56), inúmera um conjunto de fatores: sociais, económicos e culturais, como potenciadores de insegurança. Neste contexto e num cenário de crescente procura por parte dos Cidadãos de segurança, é o próprio monopólio que está em causa Oliveira (2006, p. 56). Na mesma linha de pensamento outro fator que explica o aumento da criminalidade é designado por Giddens (1996) citado em Oliveira (2006, p. 65) por “descontextualização dos sistemas sociais” e que está relacionado com a fragilidade da vida social nas cidades. Acresce que, nas cidades, os espaços a que alguns sociólogos apelidam de “*espaços privados abertos ao público*” como por exemplo hipermercados e centros comerciais vão proliferando, sendo que, estes locais influenciam a convivência social, potenciando o isolamento das pessoas enfraquecendo o controlo social de carácter informal, com consequências ao nível da segurança Oliveira (2006, p. 65).

Segundo Valente (2004, p. 283), a evolução do crime está diretamente relacionada com a evolução da sociedade, das suas regras, valores, princípios e Leis. O autor refere que

quanto mais desconhecidos formos uns dos outros mais dificilmente o crime será detetado quer ao nível informal quer ao nível das autoridades oficiais e identifica os crimes de ofensa à integridade física bem como os crimes contra a propriedade como sendo aqueles que mais influenciam o sentimento de insegurança das populações, sendo que a sua maior incidência se verifica nas zonas urbanas especialmente de Lisboa e do Porto, enquanto nas zonas rurais é significativo o número de burlas perpetradas contra idosos com pouca instrução (Valente, 2004, p. 295). Dessa forma Lourenço (2011, p. 75) advoga que a urbanização é a tradução da geografia urbana dos tempos modernos e por isso a violência urbana assume o papel central em termos de segurança nas sociedades modernas.

Ainda segundo Lourenço (2011, p. 75) tendo em consideração o aumento da criminalidade em períodos de crescimento económico e de criação de emprego, questiona o sentimento comum que relaciona crime com crise de forma indissociável. Segundo o autor, há a necessidade de se analisar a criminalidade recorrendo-se a outras variáveis como a exclusão social, a ausência de expectativas, a quebra de mecanismos informais de controlo social, a crescente urbanização, sendo que todos os fatores enunciados convergem e potenciam-se.

Quando se aborda o crime sob uma perspetiva sociodemográficas uma das questões sempre prementes refere-se às minorias. Para se analisar o fenómeno do crime em Portugal segundo da raça, etnia e nacionalidade teremos que considerar que o registo de dados que contemplem estas variáveis não existe, porque, não é permitido legalmente a recolha, registo e tratamento de dados relativos à raça, etnia e nacionalidade, quer por forma direta ou indireta (Cunha, 2010, p. 1). Segundo a autora, o impedimento visa evitar estereótipos ou racialização da estrutura social. O Estado português, sobre essa matéria, reconhece apenas Cidadãos sendo que os diferencia unicamente entre Nacionais e estrangeiros, dessa forma, não reconhece a existência de minorias étnicas ou raciais e a todos atribui o estatuto de Cidadãos (Cunha, 2010, p. 1). Acresce que as estatísticas oficiais apenas fazem referência ao estatuto de estrangeiro, ignorando se o indivíduo se encontra em situação legal ou ilegal em território português (Cunha, 2010, p. 2).

Comparando a predisposição para ofender de residentes Nacionais com a predisposição para ofender de Cidadãos estrangeiros, Cunha (2010, p. 4), refere que numa primeira análise parece que os estrangeiros são mais propensos a cometer crimes (11%

contra 7%), que confirmaria a ideia muitas vezes sugerida pelos órgãos de comunicação social, que relacionam a criminalidade com a imigração. Contudo, Cunha (2010, p. 4) esclarece que os números que apresentaram podem ser enganadores por não considerarem as diferenças ao nível das estruturas demográficas dos grupos (Nacionais vs Estrangeiros) em questão. A autora argumenta que em função dos dados oficiais (Censos) as estruturas demográficas diferem consideravelmente tendo em conta que as crianças e idosos estão sob representados entre os imigrantes ao mesmo tempo que jovens do sexo masculino solteiros estão sobre representados.

1.12. Segurança, um conceito em evolução

Se as condições sociodemográficas se alteraram ao longo do tempo, também o conceito de segurança evoluiu em função de novos desafios e prioridades, contudo, o bem-estar, justiça e segurança sempre foram preocupações centrais dos Estados. Muito embora as prioridades nem sempre coincidam, a segurança invariavelmente tem estado no centro das preocupações, face as demais funções do Estado. O que está em causa são: “...a soberania, independência integridade territorial e unidade do Estado...” (Silva, 2010, p. 4).

Neste contexto, o conceito de segurança é difuso e abrange diferentes áreas tais como a defesa do território, numa perspetiva “vestefaliana”, paradigma no qual a defesa e integridade do território se traduziam na principal preocupação em matéria de segurança, num cenário em que os Estados eram os únicos atores nas relações internacionais (Escorrega, 2010). A falência do paradigma “vestefaliano” é hoje uma evidência face à emergência de alianças intraestados como por exemplo a União Europeia, o Mercosul ou a União Africana. Dessa forma, muito mais que concorrentes, os Estados querem-se parceiros no sentido de fazerem face os problemas levantados pela globalização em matérias de carácter económico, social, entre outros. As fronteiras perdem relevância ou são mesmo abolidas facilitando-se como nunca a circulação de pessoas e bens. Os Estados abdicam de parte da sua soberania em favor de entidades supranacionais. Sendo parceiros, as preocupações militares inerentes à territorialidade vêm perdendo importância em favor das questões internas.

Segundo Silva (2010), o conceito de segurança nos nossos dias deve contemplar novas dimensões do domínio da política, economia, diplomacia, transportes, comunicações, educação, cultura, saúde, ambiente, ciência e técnica, no sentido de se fazer face às ameaças ao nível global.

Viana (2003) citado em Silva (2010, p. 4), defende que o conceito de segurança é agora bem mais alargado e estende-se por áreas não tradicionais (militares), como por exemplo: “...o tráfico de droga, o crime organizado, os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios, as catástrofes naturais, entre outras...”. Citando Brandão (2004), (Silva, 2010, p. 4), argumenta que o conceito de segurança assente no pensamento de autores como Morgenthau, Bodin e Maquiavel, Hobbes e Clausewitz, está agora ultrapassado, sendo que, as questões militares perdem importância em função da emergência das questões da segurança interna, fruto da incapacidade dos militares em fazerem face aos problemas colocados pela globalização.

O argumento de Escorrega (2010) é o de que, efetivamente, a queda do Muro de Berlim, a implosão do bloco soviético e o consequente fim da “guerra fria” marcam uma nova era no domínio da segurança, sendo que as questões de ordem não militar ganham relevância num novo cenário geoestratégico. Contudo, segundo o mesmo autor são os acontecimentos do 11 de setembro que determinam o paradigma securitário atual.

Na mesma linha de pensamento de Silva (2010), Escorrega (2010), também refere o alargamento do conceito tradicional de segurança e citando Booth & Willian (2008, p.7), defende que o objeto da segurança é agora o ser Humano e que assim sendo, a ele deve ser dada a prioridade. Neste contexto surge então um outro conceito de segurança “a segurança humana”. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1994, no âmbito dum relatório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), que aconselhava a uma evolução do conceito de segurança no sentido da transição da esfera militar para a esfera da “segurança humana” (Escorrega, 2010).

A literatura sugere alguma dificuldade na conceptualização unânime, ou pelo menos alargada de segurança (Silva, 2010, p. 4). O conceito não reúne consenso abrangente ao nível internacional sendo que, de acordo com os diferentes Estados, interpretações, regiões geográficas o conceito ganha diferentes significados (Escorrega,

2010). É um conceito difícil de definir, controverso e contestado, com fortes implicações políticas e ideológicas, conforme Garcia (2006) citado em Escorrega (2010). No entanto, parece haver consenso quanto ao facto de a segurança implicar uma certa ausência de risco que ameace valores centrais e que possibilite alguma previsibilidade quanto a realizações futuras (Escorrega, 2010).

Oliveira (2006, p. 53, 54), aborda o conceito de segurança numa perspectiva de ordem pública e identifica que ao longo do tempo o conceito de segurança sofreu evoluções, fruto das transformações ao nível do Estado e o seu crescente intervencionismo na vida dos Cidadãos. No período absolutista a segurança estava a cargo do soberano e a sua intervenção centrava-se fundamentalmente no âmbito do direito de propriedade privada (Oliveira, 2006, p. 53).

Novas prioridades surgem na fase liberal do Estado Constitucional, o conceito de segurança referia-se sobretudo à proteção da vida, da propriedade e das estruturas do próprio Estado, (Oliveira, 2006, p. 53). Segundo este autor, é nesta altura que surge o conceito de paz pública e de segurança pública, porquanto o Estado passa a interferir e a intermediar conflitos entre privados. Na fase do Estado providência, o conceito de segurança transforma-se, por força das exigências das populações, no sentido de o Estado as proteger dos perigos reais mas também dos perigos prováveis, além da proteção coerciva dos seus direitos e liberdades (Oliveira, 2006, p. 54). Segundo González (1995) citado em Oliveira (2006, p. 54), estas exigências levaram a que as instituições públicas e as suas políticas se transformassem, colocando os Cidadãos no centro das decisões em termos de políticas públicas. Juridicamente, no caso Português, Canotilho e Moreira (2007), em anotações ao artigo 27º da Constituição da Republica Portuguesa (CRP), - Direito à Liberdade e a Segurança - definem o direito à segurança como a possibilidade dos Cidadãos exercerem os seus direitos de forma livre sem ameaças ou agressões. Os mesmos autores, Canotilho & Moreira (2007, p. 497) defendem a ideia que a segurança pessoal significa “a proteção que o Governo deve dar a todos para poderem conservar os seus direitos pessoais” e que a segurança representa mais uma garantia do que um direito por si mesmo. Duas dimensões há a considerar: o direito negativo é aquele que se refere ao direito de defesa perante as agressões do Estado, o direito positivo refere-se ao direito de

proteção através dos poderes públicos contra as diversas ameaças (Canotilho & Moreira, 2007).

Em suma, o conceito é de tal forma abrangente que não existirá uma definição única para o conceito de segurança. Este pode ser abordado sob diferentes dimensões e perspectivas em função dos mais variados contextos e objetivos, contudo, no âmbito do presente trabalho dada a sua complexidade importa fazer opções no sentido de melhor responder aos objetivos propostos. Assim sendo, a segurança será abordada numa perspectiva que conduza à identificação e perceção de possíveis impactos que as dinâmicas sociodemográficas têm ou não na segurança. Dessa forma, neste trabalho, o conceito de segurança consiste na proteção proporcionado aos Cidadãos, num determinado espaço geográfico e temporal contra ações de outrem, tipificadas como crime ou simplesmente como incivildades, capazes de potenciar o sentimento de insegurança e limitarem ou impedirem o exercício livre por parte dos Cidadãos dos seus direitos fundamentais, liberdades e garantias.

CAPITULO II

2.1. A formulação de hipóteses

Num processo de investigação a formulação de hipóteses traduz-se num elemento relevante para justificar o estudo e conferir-lhe coerência (Freixo, 2011, pp. 164, 165). Uma hipótese não é mais do que uma antecipação de resposta para um problema que orientará a investigação (Freixo, 2011, p. 165). Assim sendo, as hipóteses consubstanciam-se no enunciado formal, que se presume existir, da relação entre duas ou mais variáveis, supondo-se que se conhece a verdade ou a explicação que se procura, sustentada na teoria conhecida, motivo pelo qual as mesmas são apresentadas logo após o quadro teórico (Freixo, 2011, p. 165). Estas, devem ser verificáveis o que significa que devem conter variáveis observáveis e mensuráveis, que permita a sua análise estatística, especialmente

em investigações empíricas de caráter quantitativo, sendo que, as mesmas constituem o epicentro de grande parte do processo de investigação (Freixo, 2011, p. 165).

Considerando a questão, Tuckman citado em Freixo (2011, p. 166) é de opinião ser evidente que quanto maior for o número de variáveis, maior será também o número de hipóteses, além de que as possibilidades anunciadas foram limitadas a relações muito lineares, sendo certo que existem outras possibilidades como por exemplo: *“à medida que A aumenta, B aumenta inicialmente mas depois diminui”*.

Após a decisão sobre que relação entre as variáveis constitui o problema a estudar há dois caminhos lógicos a considerar para construir as hipóteses: o *“raciocínio dedutivo e o raciocínio indutivo”* Tuckman citado em Freixo (2011, p. 166). Assim sendo, segundo o autor, as hipóteses constroem-se por dedução originária, por exemplo de uma teoria, ou por indução a qual resulta da combinação e observação de factos empíricos.

Resumindo Tuckman citado em Freixo (2011, p. 166), argumenta que este tipo de hipóteses *“resulta da observação de fenómenos da realidade, seja da teoria ou de trabalhos empíricos, sendo que a sua formulação requer formas de pensamento indutivo e dedutivo”*.

As hipóteses formuladas no âmbito de um estudo empírico de natureza quantitativa requerem sempre a sua verificação com recurso à análise estatística. Contudo, conforme Freixo (2011, p. 173) refere há sempre que ter em conta que os resultados não podem ser apresentados como “verdades absolutas”, quer dizer que a confirmação de uma hipótese *“reafirma a teoria, mas, não a prova”*, já que outros elementos estranhos à teoria podem interferir nos resultados. No entanto, se esses resultados forem confirmados por sucessivos estudos então estaremos próximos de conclusões plausíveis (Freixo, 2011, p. 173). Dessa forma, se a hipótese enuncia uma relação de associação serão efetuadas análises de correlação para determinar se a existência, o tipo e o grau de relação entre as variáveis estudadas evidencia algum tipo de associação. É ajustado proceder-se à análise de correlação, para determinar a existência, o tipo e o grau de relação entre variáveis estudadas, contudo, se a hipótese evidencia uma relação de causalidade, o recurso a análise de inferência é o mais apropriado (Freixo, 2011, p. 173).

Ao formularem-se hipóteses pretende-se também através delas dar resposta à pergunta de partido, no caso “*Qual o papel da evolução sociodemográfica na segurança interna portuguesa*”, as quais devem refletir o quadro teórico, mas também ter em consideração, os dados disponíveis, especialmente no âmbito de trabalhos com uma forte componente de análise estatística. Dessa forma, duas hipóteses foram consideradas no presente trabalho:

- Hipótese 1 – *A dinâmica do tecido social facilita a falência do controlo informal da sociedade com efeitos negativos ao nível do comportamento dos seus membros.*
- Hipótese 2 – *Os indivíduos delinquentes interagem com o meio que lhes é próximo. A adoção de comportamentos desviantes é a reação à rejeição de que são alvo por parte da sociedade.*

2.2. Elaboração da proposta/metodologia

“*As dinâmicas sociodemográficas e a segurança em Portugal*” constituem a problemática de base de toda a investigação. O trabalho incidirá sobre as dinâmicas sociodemográficas e o impacto que estas eventualmente possam ter ao nível da segurança em Portugal tendo como espaço temporal definido para a investigação a última década ou seja, entre 2001 e 2011. A razão de ser da definição deste espaço temporal fundamenta-se sobretudo por ser um período relativamente alargado, capaz de produzir informação relevante e consolidada, além de coincidir com os anos em que se realizaram Censos em Portugal.

Tendo como base a literatura analisada parece pacífico que variações sociodemográficas influenciam a segurança (Vervoorn, Nimwegen, Leeuw, & Laan, 2007). Dessa forma, essa relação será o ponto de partida para a investigação que se propõe levar a cabo, sendo que se pretende investigar “*Qual o papel da evolução sociodemográfica na segurança interna portuguesa*”?

A fim de ser dar resposta à questão suscitada o método quantitativo parece ser ajustado. O método quantitativo assenta a sua metodologia na análise de dados com uma

forte componente matemática como elemento fundamental para medir resultados (Freixo, 2011, p. 144). Na opinião deste autor, o recurso ao método quantitativo em ciências sociais faz todo o sentido na medida em que, *“com efeito todos constatamos que o número permite: Precisão; uma maior objetividade; a comparação e a reprodução; a generalização para situações semelhantes; a inferência (avaliação e testes de hipóteses)”* (Freixo, 2011, p. 144).

Dessa forma, o método de investigação quantitativa traduz-se num processo sistematizado de recolha e observação objetiva de dados quantificáveis, não determinados nem influenciados pelo investigador (Freixo, 2011, p. 144). Por isso, o processo traduz-se num complexo exercício que visa chegar a resultados com o menor enviesamento possível. Ao investigador pede-se que ordenadamente prossiga uma serie de etapas que vão da definição do problema à obtenção dos dados (Freixo, 2011, p. 145). São características desta abordagem científica a objetividade, a predição controlo e a generalização, o método de investigação quantitativa visa *“contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos; oferece também a possibilidade de generalizar os resultados de predizer e de controlar os acontecimentos”* (Freixo, 2011, p. 145).

A bibliografia de referência sustentou a seleção dos indicadores utilizados, sendo que em termos de recolha de dados apenas se consideraram dados oficiais, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Considerando que o trabalho tem como objetivo verificar se as dinâmicas sociodemográficas influenciam segurança em Portugal e se sim de que forma, construíram-se variáveis dependentes (explicadas) e independentes (explicativas) sendo as primeiras se referem às variáveis relacionadas com o crime ou seja: crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa. As variáveis independentes ou explicativas, que por isso se espera possam influenciar as variáveis dependentes referem-se às regiões do País, relação de masculinidade, índice de dependência, nenhuma habilitação literária, ensino básico, ensino secundário, ensino superior, desemprego, produto interno bruto, produto interno bruto per capita, proporção do poder de compra e proporção de poder de compra per capita.

O trabalho de inferência estatística, com recurso ao programa SPSS – Statistical Package for Social Sciences – consubstancia-se na efetivação de testes de associação, no

caso testes de correlação de Pearson e testes de determinação. O coeficiente de correlação de Pearson mede a correlação entre variáveis que, a existir pode ser forte ou fraca. Os coeficientes de determinação (x^2) têm sempre sinal positivo os mesmos estão associados aos coeficientes de correlação e equivalem aos seus quadrados. Indicam a percentagem da variância explicada pelas variáveis independentes do problema. Independentemente do sinal, positivo ou negativo do coeficiente de correlação, o coeficiente de determinação indica em percentagem a variância explicada.

Espera-se assim que os output's obtidos e posteriormente analisados relevem alguma padronização que permita retirar conclusões sobre se as variáveis independentes influenciam e se sim de que forma as variáveis dependentes.

2.3. Operacionalização das variáveis

Segundo South & Messner (2000, p. 84) os indicadores tanto de carácter macro como ao nível individual influenciam o crime, os autores identificam as variáveis individuais: raça, idade e sexo, como as que mais explicam as características do crime, há, segundo os mesmos, evidências que indiciam que os jovens masculinos e membros de minorias desfavorecidas estão mais próximos, quer de agressores quer das vítimas, principalmente se nos referirmos aos crimes mais comuns. Contudo e conforme argumentam a relação de causa efeito entre a variável idade e a variável crime não é um tema pacífico. Trabalhos recentes nesta área contestam a existência de uma relação entre a idade e o crime. Estudos efetuados com base em dados recolhidos em diferentes locais indicam que os distintos grupos de infratores podem estar relacionados com as respetivas trajetórias de vida (D'unde et al. 1998, Laub et al. 1998, Nagin et al. 1995, Nagin et al. 1993) citados em (Scott & Messner, 2000, p. 85). No entanto, segundo (Vervoorn, Nimwegen, Leeuw, & Laan, 2007), a idade dos indivíduos têm-se revelado determinante quanto à propensão para a prática de atos desviantes. Os adolescentes e jovens adultos apresentam-se como mais atraídos para o efeito.

Para além da idade dos indivíduos também a composição do agregado familiar tem influência na propensão que os seus membros têm para assumirem comportamentos inadequados (Vervoorn, Nimwegen, Leeuw, & Laan, 2007). Essa propensão está diretamente relacionada com o número de elementos do agregado familiar (Vervoorn, Nimwegen, Leeuw, & Laan, 2007), estes autores são de opinião que quanto maior for o agregado familiar menor será o controlo social no seio da família e consequentemente maior será a predisposição para a prática de ilícitos. Argumentam ainda que o aumento de divórcios registados influencia positivamente o número de crimes praticados por filhos de pais separados, ou praticados por filhos de famílias monoparentais.

Outro indicador por vezes referenciado é a imigração, a título de exemplo, Portugal no início da década de 2000 registou um forte crescimento da taxa de imigração, mas, muito mais que o País de origem, a origem familiar está relacionada positivamente com a propensão do indivíduo para a adoção de comportamentos desviantes, conforme Vervoorn, Nimwegen, Leeuw, e Laan, (2007) constatarem no estudo que realizaram na Holanda. Nesse mesmo estudo, efetuado na sociedade holandesa, verificaram que a ausência de laços institucionais e sociais como o casamento ou o trabalho acabam por influenciar o ambiente familiar e potenciar comportamentos ilícitos (Vervoorn, Nimwegen, Leeuw, & Laan, 2007).

Na verdade, os dados sobre a criminalidade referentes aos anos de 2001 e 2011 revelam que houve um aumento dos crimes registados pelas autoridades. Importa agora verificar como é que essa variação da criminalidade se relaciona com as alterações sociodemográficas em Portugal no período compreendido entre 2001 e 2011. Com recurso á análise estatística (testes de correlação e de determinação) espera-se perceber se as variáveis independentes influenciam ou não as variáveis dependentes e se sim de que forma. Para o efeito foram consideradas variáveis dependentes ou a explicar as variáveis referentes à criminalidade (crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa) e variáveis independentes ou explicativas as variáveis regiões, relação de masculinidade, índice de dependência total, Densidade populacional, nenhuma habilitação literária, ensino básico, ensino secundário, ensino superior, desemprego, produto interno

bruto, produto interno bruto per capita, proporção do poder de compra, proporção do poder de compra per capita.

2.4. Indicadores sociais

Sendo certo que o uso de indicadores sociais remontam aos anos 20 e 30 do Século XX, foi nos anos 60 que o desenvolvimento desta área ganhou relevância científica no acompanhamento das dinâmicas sociais e na aferição dos efeitos que as políticas públicas produzem na sociedade (Jannuzzi, s.d.). Nessa altura surgiram as primeiras evidências de que nem sempre o crescimento económico correspondia à melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente em Países do “terceiro mundo” (Jannuzzi, s.d.). Segundo o mesmo autor, muito embora em consequência do crescimento económico, se verificasse em certos Países um elevado produto interno bruto (PIB), também se verificava nesses mesmos Países altos índices de pobreza a realçar as desigualdades sociais. Dessa forma, o crescimento económico não significa nem garante o desenvolvimento social (Jannuzzi, s.d.).

Um indicador social, segundo Jannuzzi (s.d.), é “...uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa académica) ou programático (para formulação de políticos) ...”.

Os indicadores são um recurso metodológico que dá informações sobre um qualquer aspeto da situação social ou sobre as suas mutações num determinado momento (Jannuzzi, s.d.). No âmbito de uma pesquisa académica o indicador social estabelece a ligação entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenómenos sociais observados (Jannuzzi, s.d.).

Durante o processo de investigação tendo em conta os dados disponíveis, serão analisados indicadores demográficos ao nível de NUTS II, região Norte, região Centro, região de Lisboa, região do Alentejo, região do Algarve, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, que revelem os dados referentes à população masculina e

feminina por local de residência e grupo etário, variação percentual da população masculina e feminina por sexo local de residência e grupo etário, saldo natural por regiões, saldo migratório por regiões, relação de masculinidade por regiões, índice de dependência total por regiões, densidade populacional por regiões. Incidindo sobre questões de natureza social serão consideradas as variáveis relativas ao nível de habilitação mais elevado concluído, taxa média de desemprego por regiões, produto interno bruto por regiões, produto interno bruto per capita por regiões, proporção do poder de compra em relação ao País por regiões, proporção do poder de compra per capita por regiões. Em matéria criminal serão consideradas as cinco grades área decorrentes do código penal português que englobam:

Crimes contra as pessoas

- Crimes contra a honra
- Crimes contra a integridade física
- Crimes contra a liberdade e auto determinação sexual
- Crimes contra a liberdade das pessoas
- Crimes contra a reserva da vida privada
- Crimes contra a vida
- Outros crimes contra as pessoas

Crimes contra o património

- Crimes contra a propriedade
- Crimes contra o património em geral
- Crimes contra os direitos patrimoniais
- Outros crimes contra o património

Crimes contra a vida em sociedade

- Crimes contra a família
- Crimes contra a paz pública
- Crimes contra a segurança das comunicações

- Crimes de anti sociabilidade perigosa
- Crimes de falsificação
- Crimes de perigo comum
- Outros crimes contra a vida em sociedade

Crimes contra o Estado

- Crimes cometidos no exercício de funções públicas
- Crimes contra a autoridade pública
- Crimes contra a realização da justiça
- Crimes contra a realização do Estado de direito
- Crimes contra a soberania Nacional
- Crimes eleitorais
- Outros crimes contra o Estado

Crimes previstos em legislação avulsa

- Atividades comerciais ou financeiras
- Caça e pesca
- Cheques
- Condução sem habilitação legal
- Crimes fiscais
- Crimes relativos ao desporto
- Crimes relativos ao serviço militar
- Direito internacional humanitário
- Direitos de autor e conexos
- Económicos
- Estupefacientes
- Fiscais / aduaneiros
- Imigração ilegal
- Imprensa
- Informáticos
- Jogos

- Marítimos
- Militares
- Saúde pública
- Segurança social
- Terrorismo
- Tributários
- Outros crimes

CAPITULO III

3.1 Estrutura da população portuguesa em 2001 e 2011

TABELA N° 1 (Proporção (%) da população por local de residência, sexo e grupo etário em relação ao total do País)								
População masculina -Grupo etário	2001				2011			
	0-14 anos	15-24	25-64	65 e +	0-14 anos	15-24	25-64	65 e +
Norte	330488	282841	956772	212830	284901	215329	1000528	265692
	3,2%	2,7%	9,2%	2,1%	2,7%	2,0%	9,5%	2,5%
Centro	179954	164065	593404	194396	163398	121430	604815	221757
	1,7%	1,6%	5,7%	1,9%	1,5%	1,1%	5,7%	2,1%
Lisboa	202485	185658	721490	166026	223621	148630	747107	215625
	2,0%	1,8%	7,0%	1,6%	2,1%	1,4%	7,1%	2,0%
Alentejo	54645	51566	196647	76452	52794	37799	197500	78667
	0,5%	0,5%	1,9%	0,7%	0,5%	0,4%	1,9%	0,7%
Algarve	29450	26490	106808	32977	34256	23154	122872	39718
	0,3%	0,3%	1,0%	0,3%	0,3%	0,2%	1,2%	0,4%
Região Autónoma dos Açores	26565	21093	58883	12945	22607	17741	67894	13291
	0,3%	0,2%	0,6%	0,1%	0,2%	0,2%	0,6%	0,1%
Região Autónoma da Madeira	23966	19796	58857	12592	22556	16751	72516	14438
	0,2%	0,2%	0,6%	0,1%	0,2%	0,2%	0,7%	0,1%
População Feminina - Grupo etário	2001				2011			
	0-14 anos	15-24	25-64	65 e +	0-14 anos	15-24	25-64	65 e +
Norte	314460	275437	1012537	301928	272398	210136	1071561	369064
	3,0%	2,7%	9,8%	2,9%	2,6%	2,0%	10,1%	3,5%
Centro	172434	158053	623809	262282	155886	117478	640121	302695
	1,7%	1,5%	6,0%	2,5%	1,5%	1,1%	6,1%	2,9%
Lisboa	193736	181148	767287	244020	214342	145917	824013	302444
	1,9%	1,7%	7,4%	2,4%	2,0%	1,4%	7,8%	2,9%
Alentejo	52000	48941	199285	97049	50001	35838	199382	105209
	0,5%	0,5%	1,9%	0,9%	0,5%	0,3%	1,9%	1,0%
Algarve	28282	25436	105139	40636	32731	22346	127242	48686
	0,3%	0,2%	1,0%	0,4%	0,3%	0,2%	1,2%	0,5%
Região Autónoma dos Açores	25202	19999	58702	18374	21594	16932	67255	19432
	0,2%	0,2%	0,6%	0,2%	0,2%	0,2%	0,6%	0,2%
Região Autónoma da Madeira	22935	19064	66815	20986	21461	16289	77988	25786
	0,2%	0,2%	0,6%	0,2%	0,2%	0,2%	0,7%	0,2%
Fonte. INE (Censos de 2001 e resultados provisórios de 2011)								

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, referentes aos anos 2001 e 2011, se bem que ligeiramente a população portuguesa terá crescido em termos absolutos. Contudo, se analisarmos a evolução da população portuguesa entre os dois Censos (2001 e

2011) tendo como referência ambos os sexos, mas também os grupos etários e os locais de residência em análise no presente estudo verificamos algumas diferenças muito embora pareça existir uma tendência comum.

3.2. Variação percentual da população entre 2001 e 2011

TABELA Nº 2 (Variação % da população, por sexo, local de residência e grupo etário 2001 - 2011)				
Homens				
	0-14 anos	15-24	25-64	65 e +
Norte	-13,8	-23,9	4,6	24,8
Centro	-9,2	-26	1,9	14,1
Lisboa	10,4	-19,9	3,6	29,9
Alentejo	-3,4	-26,7	0,4	2,9
Algarve	16,3	-12,6	15	24,4
Região Autónoma dos Açores	-14,9	-15,9	15,3	2,7
Região Autónoma da Madeira	-5,9	-15,4	23,2	14,7
Portugal	-2,9	-20,1	9,1	16,2
Mulheres				
Norte	-13,4	-23,7	5,8	22,2
Centro	-9,6	-25,7	2,6	15,4
Lisboa	10,6	-19,4	7,4	23,9
Alentejo	-3,8	-26,8	0	8,4
Algarve	15,7	-12,1	21	19,8
Região Autónoma dos Açores	-14,3	-15,3	14,6	5,8
Região Autónoma da Madeira	-6,4	-14,6	16,7	22,9
Portugal	-3,0	-19,7	9,7	16,9

A fim de se verificar a evolução da população entre os dois Censos (2001 e 2011), construiu-se a tabela nº 2, que reflete a variação percentual da população masculina e feminina, por local de residência e grupo etário, com base nos dados da tabela nº 1. O cálculo da variação percentual resulta da simples aplicação da equação $\Delta = \frac{N1-N0}{N0} * 100$. Da análise da tabela nº 2, conforme referido anteriormente, ressalta a ideia de uma certa

padronização na medida em que as variações registadas em todos os grupos etários, nas diferentes regiões se comportam de forma análoga em ambos os sexos.

Analisando o grupo etário dos 0 anos aos 14 anos de idade ressaltam variações regionais. Se na região Norte, Centro, Alentejo, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira a variação populacional foi negativa e até fortemente negativa neste grupo etário e em ambos os sexos, já na região do Algarve e na região de Lisboa a variação foi fortemente positiva próximo dos 16% no Algarve e dos 10, 5% na região de Lisboa, em ambos os sexos. Em termos de média Nacional constata-se que a variação da população compreendida entre os 0 anos de idade e os 14 anos de idade foi de -2,9% e a variação da população feminina foi de -3%.

Considerando ambos os sexos verifica-se que no grupo etário dos 15 aos 24 anos a variação da população foi negativa ou bastante negativa em todas as regiões de Portugal.

Especialmente relevantes são as variações registadas na região do Alentejo, e na região Centro com uma variação de negativa daquela população de -26,7% e de -26%, respetivamente, só no sexo masculino. Se considerarmos o valor mínimo registado, este foi contudo significativo tendo-se fixado em -15,4% e registou-se na região autónoma da Madeira. Quanto às outras regiões todas elas registaram variações negativas, sendo que a variação média Nacional para o grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade se fixou no valor negativo de -20,1%.

Se a análise incidir sobre o sexo feminino constatamos uma realidade semelhante à do sexo masculino, ou seja, a variação da população portuguesa nas regiões em estudo, no grupo etário dos 15 anos aos 24 anos de idade é fortemente negativa com especial destaque para as regiões do Alentejo e região Centro onde a variação é mais elevada, com -26,8% e -25,7% respetivamente. Quanto ao valor mínimo, a exemplo do que aconteceu para o sexo masculino, este registou-se na região autónoma da Madeira com uma variação negativa de -14,6%. Quanto à variação média Nacional para este grupo etário a mesma foi negativa cujo valor se fixou em -19,7%, muito próximo do valor médio registado para o sexo masculino.

Se no grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade a tendência evoluiu no sentido de uma variação fortemente negativa da população entre os dois Censos (2001 e 2011) em

todas as regiões essa tendência inverte-se quando em causa está o grupo etário dos 24 aos 65 anos de idade, porquanto, conforme se constata na tabela nº 2, efetivamente verifica-se que nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, houve um aumento populacional deste grupo etário em ambos os sexos, contudo com valores moderados, sempre abaixo dos 7,5% no entanto nas regiões do Algarve, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira o crescimento populacional já foi significativo, com especial relevância para a variação de 21% registados pelo sexo feminino na região do Algarve e para os 23, 2% registados pelo sexo masculino na região autónoma da Madeira. Em termos de variação média Nacional da população portuguesa entre os anos de 2001 e 2011, para o grupo etário dos 24 aos 65 anos de idade, a mesma foi positiva em ambos os sexos sendo que o sexo masculino teve uma variação média de 9,1% e o sexo feminino uma variação média de 9,7%. Muito embora a variação registada para o sexo feminino seja superior à variação para o sexo masculino esse valor não é relevante. Contrariamente ao que sucedeu com a população do grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade, cuja variação foi fortemente negativa, verifica-se agora uma inversão ao registar-se uma variação positiva no grupo etário dos 25 anos aos 64 anos de idade, indiciando de algum modo um certo envelhecimento da população portuguesa.

Essa mesma tendência repete-se e até se acentua quando em questão está o grupo etário dos indivíduos com mais de 65 anos de idade. Na verdade, os valores referentes à variação da população de ambos os sexos, do grupo etário dos 25 anos aos 64 anos de idade são todos eles suplantados, em todas as regiões, se em causa estiver o grupo etário dos indivíduos com 65 ou mais anos de idade. São especialmente relevantes os valores registados na região de Lisboa (29,9%) para o sexo masculino e 23,9% para o sexo feminino. Contudo, os valores registados nas regiões Norte, Algarve e região autónoma da Madeira são também consideráveis e sustentam a tese de que a população portuguesa envelheceu entre 2001 e 2011, quer por via da variação negativa da população dos grupos etários mais jovens, quer por via da variação fortemente positiva dos efetivos relativos aos mais idosos.

3.3. Saldo natural por regiões 2001 – 2011

TABELA N° 3 (Saldo natural por regiões 2001 - 2011)	
Regiões	Saldo
Norte	50419
Centro	-61342
Lisboa	63788
Alentejo	-38142
Algarve	606
Região Autónoma dos Açores	4725
Região Autónoma da Madeira	2147
Fonte: INE	

Se a análise recair sobre o saldo natural entre 2001 e 2011, os dados expostos na tabela nº 3 revelam que muito embora a população portuguesa tenha crescido entre os dois últimos Censos, aliás conforme já havia sido referido anteriormente, é certo que esse crescimento da população não foi uma realidade em todas as regiões do País. Na verdade e em função dos dados da tabela nº 3, os saldos naturais das regiões Centro (-61342) e Alentejo (- 38142) foi negativo. Com sinal contrário é especialmente relevante o saldo natural registado na região de Lisboa (63788) e na região do Norte (50419), no entanto também a região autónoma dos Açores e a região autónoma da Madeira registaram saldos naturais positivos e de alguma forma significativos.

3.4. Saldo migratório por regiões 2001 - 2011

TABELA N° 4 (Saldo migratório por regiões 2001 - 2011)	
Regiões	Saldo
Norte	-48103
Centro	40525
Lisboa	96061
Alentejo	18747
Algarve	55181
Região Autónoma dos Açores	258
Região Autónoma da Madeira	20627
Fonte: INE	

Se considerarmos a imigração e a emigração, da análise da tabela nº 4, constata-se que apenas a região Norte registou um saldo migratório negativo (- 48103). Destacam-se a região de Lisboa (96061), a região do Algarve (55181) e a região Centro (40525), como as regiões com saldos migratórios mais elevados. Contudo, muito embora com menor dimensão, a região autónoma da Madeira também apresentou um saldo migratório positivo, ainda significativo (20627). Por último e com um saldo de 258 indivíduos surge a região autónoma dos Açores.

3.5. Relação de masculinidade por regiões 2001 – 2011

TABELA N° 5 (Relação de masculinidade por regiões)		
Regiões		
	2001	2011
Portugal	93%	92%
Norte	94%	92%
Centro	93%	91%
Lisboa	92%	90%
Alentejo	96%	94%
Algarve	98%	95%
Região Autónoma dos Açores	98%	97%
Região Autónoma da Madeira	89%	89%
Fonte: INE		

Analisando a evolução da relação de masculinidade, a qual resulta da divisão dos indivíduos do sexo masculino pelos indivíduos do sexo feminino, multiplicado por 100 $\frac{H}{M} * 100$ (Nazareth, 2007, p. 113), verifica-se que com exceção da região autónoma da Madeira essa relação foi decrescente em todas as outras regiões. Relevante também é o facto de em todo o País essa relação ser favorável ao sexo feminino e especialmente relevante na região autónoma da Madeira onde é mais evidente (89), ou seja, por cada 100 mulheres existem apenas 89 homens em ambos os Censos considerados no presente trabalho.

Essa supremacia do sexo feminino é quase inexistente se em causa estiverem as regiões do Algarve, e especialmente a região autónoma dos Açores, onde a relação de masculinidade se aproxima dos 100, ou seja, o número de efetivos do sexo masculino aproxima-se do número de efetivos do sexo feminino, conforme se verifica pela análise da tabela nº 5.

3.6. Índice de dependência total por regiões 2001 - 2011

TABELA Nº 6 (Índice de dependência total por regiões)		
Regiões	2001	2011
Norte	46	48
Centro	53	57
Lisboa	44	51
Alentejo	56	61
Algarve	50	53
Região Autónoma dos Açores	52	45
Região Autónoma da Madeira	49	46
Fonte: INE		

A tabela nº 6 representa o índice de dependência total por regiões nos anos de 2001 e 2011. O índice de dependência total mede o peso que a soma que o índice de

dependência de jovens mais o índice de dependência de idosos tem por cada 100 indivíduos potencialmente ativos, ou seja, avalia a relação atividade vs inatividade e resulta da multiplicação por 100 da soma da população com 0 aos 14 anos de idade mais a população com 65 anos ou mais, pela população com 15 anos aos 64 anos de idade, resultante da aplicação da seguinte equação: equação $\left(\frac{(0 \text{ aos } 14 + 65 \text{ e mais})}{(15 \text{ aos } 64)} \right) * 100$ (Nazareth, 2007, p. 117). Constatase uma certa tendência para que essa relação aumente de 2001 para 2011, com exceção das regiões autónomas do Açores e da Madeira, onde a evolução foi negativa. É especialmente relevante o aumento registado na região de Lisboa, sendo que o índice de dependência total naquela região em 2001 era de 44% e de 51% em 2011, conforme se verifica na tabela nº 6. Também relevante é o crescimento registado na região autónoma dos Açores tendo em conta que em 2001 o índice de dependência total naquela região era de 52% e em 2011 era de 45% mas, também na região autónoma da Madeira, porquanto em 2001 índice de dependência total era de 49% e em 2011 de 46%, em contraciclo com o resto do País.

3.7. Densidade populacional por regiões 2001 – 2011

TABELA Nº 7 (Densidade populacional por região)		
Regiões	2001	2011
Norte	173,2	173,3
Centro	83,3	82,5
Lisboa	898,5	940,0
Alentejo	24,6	24,0
Algarve	79,1	90,3
Região Autónoma dos Açores	104,1	106,3
Região Autónoma da Madeira	312,2	334,3
Fonte: INE		

Se analisarmos as diferentes densidades populacionais, em relação às diferentes regiões, constatamos através da tabela nº 7 a existência de três regiões (Norte, Lisboa e região autónoma da Madeira) que se destacam das demais. Este indicador, bastante simples de calcular e ao mesmo tempo bastante rudimentar resulta da divisão do total de habitantes de uma determinada região pela superfície dessa mesma região (Nazareth, 2007, p. 105). Rudimentar porquanto segundo Nazareth (2007, p. 105) não considera as especificidades físicas do território. Contudo, não deixa de ser um indicador demográfico considerado na bibliografia especializada, quando se correlacionam criminalidade com demografia.

A tabela nº 7 (densidade populacional por regiões) demonstra claramente que a região de Lisboa se destaca do resto do País, cuja densidade populacional é a mais elevada, em ambos os Censos e a crescer entre 2001 e 2011. Em 2001 habitavam a região de Lisboa 898,5 indivíduos por Km² e em 2011 habitavam 940 indivíduos por Km², conforme se apresenta na tabela nº 7. Com a mesma tendência, ou seja, no sentido crescente surgem as regiões do Algarve e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Da análise da tabela nº 7 ressalta também a constatação de que quer em 2001, quer em 2011, para além da região de Lisboa são as regiões autónomas da Madeira, a região Norte e a região autónoma dos Açores aquelas que registam uma maior concentração de habitantes por Km². Em sentido oposto surge a região do Alentejo como aquela que apresentou quer em 2001 quer em 2011 a menor densidade populacional (24,6 e 24 habitantes por Km²) respetivamente. A tabela nº 7 demonstra também que entre 2001 e 2011 as regiões Norte, Centro e Alentejo perderam população ao passo que as regiões de Lisboa, Algarve, Açores e Madeira obtiveram ganhos populacionais.

3.8. Níveis de habilitações mais elevados concluídos 2001 – 2011

TABELA N° 8 (Níveis proporcionais (%) de habilitações por regiões)							
2001							
Regiões	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Médio	Superior
Norte	515 079	1 386 766	557 752	395 422	244 299	10 902	141 423
	14,0%	37,6%	15,1%	10,7%	6,6%	0,3%	3,8%
Centro	363 302	894 466	289 642	246 284	166 984	6 781	91 393
	15,5%	38,1%	12,3%	10,5%	7,1%	0,3%	3,9%
Lisboa	308 410	757 790	252 792	301 786	290 183	19 527	201 749
	11,6%	28,5%	9,5%	11,3%	10,9%	0,7%	7,6%
Alentejo	153 440	281 229	87 212	79 455	55 863	2 012	25 197
	19,8%	36,2%	11,2%	10,2%	7,2%	0,3%	3,2%
Algarve	58 774	136 160	43 147	46 505	34 882	1 540	15 893
	14,9%	34,5%	10,9%	11,8%	8,8%	0,4%	4,0%
Região Autónoma dos Açores	34 106	95 183	37 235	29 041	13 641	481	6 363
	14,1%	39,4%	15,4%	12,0%	5,6%	0,2%	2,6%
Região Autónoma da Madeira	42 701	87 131	32 370	28 496	16 089	512	7 130
	17,4%	35,6%	13,2%	11,6%	6,6%	0,2%	2,9%
Fonte: INE							

TABELA N° 9 (Níveis proporcionais (%) de habilitações por regiões)							
2011							
Regiões	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Norte	693407	1017423	561614	571328	425577	39451	380809
	18,8%	27,6%	15,2%	15,5%	11,5%	1,1%	10,3%
Centro	469934	639291	296336	364559	282125	28237	247098
	20,2%	27,5%	12,7%	15,7%	12,1%	1,2%	10,6%
Lisboa	485457	582934	315308	475334	439012	51465	472189
	17,2%	20,7%	11,2%	16,8%	15,6%	1,8%	16,7%
Alentejo	174122	200036	93621	119369	93884	8454	67704
	23,0%	26,4%	12,4%	15,8%	12,4%	1,1%	8,9%
Algarve	90183	104512	53874	79351	66643	8975	47467
	20,0%	23,2%	11,9%	17,6%	14,8%	2,0%	10,5%
Região Autónoma dos Açores	51707	66023	42978	38224	24754	2403	20657
	21,0%	26,8%	17,4%	15,5%	10,0%	1,0%	8,4%
Região Autónoma da Madeira	58284	70114	39518	38920	30665	3759	26525
	21,8%	26,2%	14,8%	14,5%	11,5%	1,4%	9,9%
Fonte: INE							

As tabelas nº 8 e 9 estabelecem a percentagem de indivíduos que possuem um determinado nível de habilitações em relação à população total da respetiva NUTS. A tabela resulta do Censo de 2001 e dos resultados provisórios do Censo de 2011. Contudo, há que referir que estes dados não podem ser diretamente comparados tendo em consideração que a lógica e a metodologia na recolha dos dados em 2001 eram substancialmente diferentes de 2011. No entanto é pacífico que os níveis literários da população portuguesa é substancialmente superior em 2011, em relação aos níveis de 2001.

Analisando as tabelas 8 e 9 que reproduzem em termos percentuais as habilitações literárias das populações das diferentes regiões em relação às respetivas populações totais. Constatase que em relação ao ano de 2001, 11,6% da população de Lisboa não possuía qualquer nível de habilitações. A região Norte com 14% de indivíduos sem quaisquer habilitações literárias era a região que em 2001 apresentava números mais próximos dos números verificados na região de Lisboa. No lado oposto, ou seja, com maior concentração de indivíduos sem quaisquer habilitações surgem as regiões do Alentejo com 19,8% e a região autónoma da Madeira com 17,4% de indivíduos sem qualquer nível de habilitações. A tendência registada em 2001 repete-se em 2011 na medida em que as regiões com menos indivíduos sem quaisquer níveis de habilitações são as regiões de Lisboa e a região Norte ao passo que as regiões com maior concentração de indivíduos sem qualquer nível de habilitações são também as regiões do Alentejo e a região autónoma da Madeira.

Relativamente aos indivíduos que apenas concluíram o 1º ciclo de ensino, em relação ao ano de 2001 destacam-se as regiões de Lisboa e do Algarve, com 28,5% e 34,5% de indivíduos que apenas concluíram o 1º ciclo de ensino. No lado oposto, surge a região autónoma dos Açores e a região Centro com 39,4% e 38,1% respetivamente. Em 2011 as regiões de Lisboa a exemplo do ano de 2001 são as regiões que apresentam números inferiores, contudo, em 2011 surge a região autónoma dos Açores como sendo a região que apresenta maior concentração de indivíduos que apenas concluíram o primeiro nível de ensino.

Quando em questão estão os indivíduos que concluíram o 2º ciclo de ensino constata-se que quer em 2001 quer em 2011 as regiões com menos concentração de indivíduos são as regiões de Lisboa e do Algarve e no lado oposto, ou seja, com maior concentração de efetivos surgem a região autónoma dos Açores e a região Centro. Se se

verifica uma certa padronização no que aos níveis de habilitações: nenhum nível, 1º ciclo e 2º ciclo, também no que se refere ao ensino secundário e pós-secundário essa padronização existe, sendo que as regiões autónomas dos Açores e da Madeira surgem como aquelas que tendencialmente têm menos efetivos e a região de Lisboa e Algarve surgem como as que apresentam mais efetivos. Em relação ao ensino superior o destaque vai para a região de Lisboa que em ambas as décadas se apresenta como a região cuja população apresenta proporções mais elevadas.

Em suma, verifica-se uma certa tendência no sentido das regiões de Lisboa e do Algarve apresentarem os menores números quando se trata de níveis de ensino inferiores e números mais elevados quando se trata de habilitações mais elevadas. Em sentido contrário surgem as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a região do Alentejo que tendencialmente revelam números mais elevados que as restantes regiões quando em causa estão níveis de ensino mais baixos e números mais modestos quando se trata de níveis de ensino mais elevados.

3.9. Taxa média de desemprego por regiões 2001 - 2011

TABELA Nº 10 (Taxa média de desemprego por regiões)		
Regiões	2001	2011
	%	%
Norte	3,7	13,0
Centro	2,8	10,3
Lisboa	5,1	14,1
Alentejo	6,9	12,4
Algarve	3,8	15,6
Região Autónoma dos Açores	2,3	11,5
Região Autónoma da Madeira	2,5	13,8
Fonte: INE		

O aumento da taxa de desemprego na região do Alentejo ficou aquém dos números registados no resto do País, sendo que foi nesta região onde o desemprego menos cresceu

em termos percentuais. É de referir que os dados apresentados se referem apenas aos anos de 2001 e de 2011, que representam unicamente o status quo em relação aos respetivos anos e não representam a evolução da década.

Parece pacífico que a decalagem existente entre as taxas médias de desemprego registadas no ano de 2001 e as registadas em 2011 é fruto da forte crise económica que atravessa a Europa de uma forma geral e Portugal em particular. Importa por isso referir que os valores do desemprego registados em 2011 podem ser circunstanciais e estarem inflacionados em função da crise vigente. Sendo o aumento do desemprego um flagelo que em 2011 atravessou todo o Território Nacional, destaca-se pela positiva os valores registados em 2001 na região autónoma dos Açores e na região autónoma da Madeira com 2,3% e 2,5% de desempregados, logo seguidos pela região Centro com uma taxa de desemprego de 2,8%, como sendo as regiões com menos desempregados. Pela negativa e em 2001 destaca-se a região do Alentejo com 6,9% de desempregados e a região de Lisboa com 5,1% de taxa de desemprego. Se a análise recair no ano de 2011 o principal destaque vai centrar-se na região autónoma da Madeira, que em 2001 era uma das regiões que apresentava menor taxa de desemprego e em 2011 passou a ser uma das que registou maior desemprego, contudo, é a região do Algarve a que revela maior taxa de desemprego em 2011 com 15,6% logo seguida da região de Lisboa com 14,1%, conforme consta na tabela nº 10.

3.10. Produto interno bruto por regiões 2001 – 2011

TABELA Nº 11 (Produto Interno Bruto por região - milhões de Euros)		
Regiões	2001	2010
Norte	37.522,2	47.881,8
Centro	24.901,8	31.718,4
Lisboa	47.221,5	64.073,6
Alentejo	8.765,4	10.887,1
Algarve	5.398,8	7.240,7
Região Autónoma dos Açores	2.587,7	3.679,2
Região Autónoma da Madeira	3.187,7	5.158,4
Fonte: INE		

A tabela nº 11 refere-se ao produto Interno bruto (PIB) por região nos anos de 2001 e de 2010 (os dados referentes ao PIB de 2011 ainda não estão disponíveis neste momento). Da sua análise constata-se que houve uma evolução positiva entre 2001 e 2010, sendo que o PIB cresceu em todas as regiões do País. Contudo, as desigualdades são também evidentes sendo que os PIB's das regiões Norte, Centro, e especialmente da região de Lisboa são significativamente superiores aos PIB's do resto do País. Se a região de Lisboa era aquela que em 2010 apresentava maior PIB (47.881,8 milhões de Euros) a região autónoma do Açores surgiu como a região cujo PIB foi mais baixo (3.679,2 milhões de Euros).

3.11. Produto interno bruto per capita

TABELA N° 12 (Produto Interno Bruto per cápita por região - milhares de Euros)		
Regiões	2001	2010
Norte	10,6	13
Centro	11,1	13,5
Lisboa	18,4	22,7
Alentejo	11,9	14,7
Algarve	14,5	17
Região Autónoma dos Açores	11,4	15,2
Região Autónoma da Madeira	13,8	21,1
Fonte: INE		

Em termos produto interno bruto per capita (PIBpc), a exemplo do que sucedeu com o PIB, também se verificou uma evolução positiva entre 2001 e 2010, em todas as regiões, conforme se verifica pela tabela nº 12, os quais se referem aos PIB'pc das respectivas regiões, nos anos de 2001 e 2010, (os valores relativos a 2011 ainda não se encontram disponíveis). Contudo, constata-se que nas regiões onde o PIBpc é superior, nem sempre coincide com as regiões onde o PIB regista valores mais elevados. Assim, se no que ao PIB diz respeito os maiores valores eram registados nas regiões Norte, Centro e Lisboa, em termos de PIBpc os maiores valores registam-se nas regiões de Lisboa, Algarve e região autónoma da Madeira.

3. 12. Proporção do poder de compra por regiões em relação ao resto do País

TABELA Nº 13 (Proporção de poder de compra (%) no total do País - por região - Bienal)				
Regiões	2000	2002	2007	2009
Portugal	100	100	100	100
Norte	30,8	30,3	30,4	30,9
Centro	17,4	18,2	18,8	18,9
Lisboa	39,7	38,1	36,2	35,7
Alentejo	5,4	5,7	6,3	6,3
Algarve	3,2	4,1	4,2	4,1
Região Autónoma dos Açores	1,6	1,5	1,9	2,0
Região Autónoma da Madeira	1,9	1,9	2,2	2,2
Fonte: INE				

Analisando a proporção do poder de compra por região, em relação ao total do País entre 2000 e 2009, por os valores referentes ao biénio 2010 – 2011 ainda não estarem disponíveis, conforme apresentado na tabela nº 13 (percentagem do poder de compra da região em relação ao resto do País – bienal) verificamos que a tendência é equivalente a apresentada quando em causa esteve o PIB, ou seja, as regiões Norte, Centro e especialmente a região de Lisboa apresentaram proporções do poder de compra substancialmente superiores ao resto do País. De igual modo, também foi na autónoma dos Açores que se verificaram os menores valores em termos de proporção do poder de compra da região em relação ao resto do País. Se a análise incidir sobre a proporção do poder de compra per capita por região no período compreendido entre 2000 e 2009, o que se destaca é que também, este indicador, se comporta de forma análoga ao indicador PIBpc, ou seja, nas regiões onde o PIBpc é superior, também os valores referentes ao poder de compra per capita são os mais elevados e onde os valores do PIBpc foram mais baixos também coincidiram com as regiões onde o poder de compra per capita registou valores mais reduzidos.

São de destacar os valores do poder de compra per capita atingidos no Algarve e na região de Lisboa, tendo em consideração os valores referentes a proporção do poder de compra para o resto do País.

3.13. Proporção do poder de compra per capita, por regiões com o resto do País

TABELA N° 14 (Proporção do poder de compra per capita (%) no total do - País por região - Bienal)						
Regiões	2000	2002	2004	2005	2007	2009
Portugal	100	100	100	100	100	100
Norte	86,0	85,6	83,9	85,5	86,2	87,6
Centro	77,2	79,9	79,0	83,9	83,8	84,4
Lisboa	155,3	147,9	149,3	137,3	136,9	134,2
Alentejo	71,8	77,0	76,8	85,6	87,3	88,4
Algarve	91,8	108,8	107,8	113,0	103,7	100,4
Região Autónoma dos Açores	65,5	65,1	73,3	81,7	83,6	86,1
Região Autónoma da Madeira	72,5	81,3	83,7	96,6	95,5	94,7
Fonte: INE						

A tabela nº 14 refere-se à proporção do poder de compra per capita dos indivíduos das diferentes regiões em relação ao total de Portugal entre 2000 e 2009, por os valores referentes ao biénio 2010 – 2011 ainda não estarem disponíveis. Da análise dos mesmos verifica-se que são as regiões de Lisboa e Algarve aquelas que apresentam os maiores valores consecutivamente e quase sempre acima dos valores apresentados para o total do País. Alias, as regiões de Lisboa e do Algarve quase sempre apresentam valores acima do valor de referência (100) o que significa que os respetivos poderes de compra per capita são superiores ao poder de compra per capita de Portugal.

No lado oposto, ou seja, a região com menor proporção de poder de compra per capita surge a região autónoma dos Açores, consecutivamente. É também de destacar que ao longo dos anos muito embora sempre acima do valor 100 os valores da região de Lisboa têm decrescido aproximando-se do valor de referência. Em sentido contrário os valores registados na região autónoma do Açores têm crescido aproximando-se do valor 100, a exemplo do que acontece com a região do Alentejo. As regiões Norte e Centro têm-se mantido estáveis e a região do Algarve registou uma evolução ascendente numa primeira fase, atingindo o seu máximo em 2005 mas decresceu logo de seguida sendo que em 2009

a proporção do poder de compra per capita da região aproximava-se bastante do valor de referência.

3.14. Crimes registados pelas autoridades por regiões e categorias 2001 - 2011

TABELA N° 15 (Crimes registados pelas autoridades por região e categoria)					
Regiões	2001				
	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o Estado	Crimes previstos em legislação avulsa
Norte	27260	70110	8621	891	8404
Centro	16519	30717	8196	658	6046
Lisboa	24747	82350	8120	1095	9484
Alentejo	5487	8731	3706	396	2611
Algarve	3661	13875	1913	261	1741
Região Autónoma dos Açores	3171	4517	762	95	1063
Região Autónoma da Madeira	3483	3876	1153	115	780
Fonte: INE					

TABELA N° 16 (Crimes registados pelas autoridades por região e categoria)					
Regiões	2011				
	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o Estado	Crimes previstos em legislação avulsa
Norte	31205	65220	15742	1509	8635
Centro	17648	42948	8910	1064	5387
Lisboa	24299	81836	11031	2124	12786
Alentejo	6033	13379	2555	423	2018
Algarve	4660	16809	2403	416	1558
Região Autónoma dos Açores	3772	4595	841	208	917
Região Autónoma da Madeira	2599	3156	1195	115	450
Fonte: INE					

As tabelas n° 15 e 16 dizem respeito aos crimes registados pelas autoridades, por região, considerando as cinco grandes áreas (crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa), nos anos de 2001 e 2011.

Da análise das tabelas nº 15 e 16 fica a ideia de uma certa tendência para o aumento da criminalidade. Contudo, essa tendência não se reflete em todos os tipos de crime e regiões. Se analisarmos os crimes contra as pessoas verificamos um aumento desses crimes na região Norte, Centro, Alentejo e região autónoma dos Açores. No entanto, na região de Lisboa e na região autónoma da Madeira os números de 2011 foram inferiores aos de 2001.

Em relação aos crimes contra o património verifica-se um aumento da criminalidade nas regiões Centro, Alentejo, Algarve e região autónoma dos Açores ao passo que nas regiões Norte, Lisboa e região autónoma da Madeira esse tipo de crime diminuiu.

Em relação aos crimes contra a vida em sociedade e os crimes contra o Estado verifica-se uma tendência generalizada em todo o território para o seu aumento, sendo exceções a região do Alentejo que registou uma diminuição nos crimes contra a vida em sociedade e a região autónoma da Madeira que registou o mesmo número de crimes contra o Estado nos anos de 2001 e 2011. Sobre os crimes previstos em legislação avulsa, das sete regiões consideradas neste estudo registou-se um aumento em três delas e uma diminuição nas restantes quatro. É curioso o facto de os crimes contra as pessoas e os crimes contra o património (os que mais influenciam o sentimento de insegurança das pessoas) terem diminuído nas regiões de Lisboa ao passo que todos os outros tipos de crime aumentaram. Também relevante é o facto do aumento que se registou na região Centro em todos os tipos de crime. As regiões do Algarve e Açores apenas registaram diminuições na criminalidade, num determinado tipo de crime (crimes previstos em legislação avulsa) sendo que nos outros tipos de crime registaram-se aumentos. Em contra ciclo com as restantes regiões do País surge a região autónoma da Madeira onde apenas subiu a criminalidade relativa aos crimes contra a vida em sociedade, sendo que os números relativos aos crimes contra o Estado registados em 2001 são de igual número aos registados em 2011 e os restantes tipos de crime sofreram sempre um acréscimo.

CAPITULO IV

4.1. Testes de associação

TABELA Nº 17 - Resumo dos coeficientes de correlação de Pearson, obtidos através de SPSS					
Ano 2001					
População de 2001	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o estado	Crimes previstos em legislação avulsa
Regiões	-0,77	-0,51	-0,87	-0,55	-0,65
Relação de masculinidade	-0,42	-0,45	-0,49	-0,54	-0,53
Índice de dependência	-0,79	-0,93	-0,46	-0,80	-0,80
Densidade populacional	0,39	0,67	0,23	0,69	0,60
Nenhuma habilitação literária	0,85	0,60	0,86	0,60	0,70
Ensino básico	0,53	0,45	0,81	0,66	0,66
Ensino secundário	0,95	0,97	0,85	0,99	1,00
Ensino superior	0,11	0,25	-0,16	0,11	0,12
Desemprego	-0,04	0,20	-0,18	0,24	0,10
PIB	0,92	0,97	0,81	0,99	0,99
PIB –pc	0,10	0,43	-0,03	0,46	0,34
Proporção do poder de compra	0,91	0,99	0,76	0,99	0,98
Proporção do poder de compra -pc	0,44	0,72	0,28	0,74	0,65

O grau de correlação e a direção da relação entre duas variáveis, expressos por um coeficiente de correlação, são os objetivos do método correlacional (Freixo, 2011, p. 114). O método correlacional segundo Freixo (2011, p. 115) está entre o método descritivo, o qual se caracteriza por ser um método compreensivo da realidade (método qualitativo) e o método experimental.

Comparando-se com o método descritivo o método correlacional é capaz de fornecer ao investigador elementos que vão para além da “simples” descrição de fenómenos, na medida em que o investigador pode estabelecer relações entre variáveis e quantificar essas relações, contudo, não se estabelece uma relação de causa efeito (Freixo,

2011, p. 115). Uma investigação sustentada pelo método correlacional tão somente estabelece o grau e a direção da correlação entre duas variáveis que poderá ser utilizado pelo investigador para prever a variação de uma em função do conhecimento do valor de outra (Freixo, 2011, p. 115).

As Tabelas Nº 17 e 18, apresentadas em baixo reproduzem resumidamente os outputs obtidos em SPSS, referentes aos coeficiente de correlação de Pearson. Os mesmos servem de suporte à análise de inferência estatística a qual verificará a correlação entre as diversas variáveis em estudo no presente trabalho.

A variável ensino básico e ensino superior são variáveis recodificadas através:

- Ensino básico 2001, compreende as variáveis 1º ciclo, 2º ciclo 3º ciclo de 2001.
- A variável ensino superior 2001, compreende as variáveis ensino médio e ensino superior de 2001.
- Ensino básico 2011, compreende as variáveis: 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo de 2011.
- A variável ensino superior 2011, compreende as variáveis ensino pós secundário e ensino superior de 2011.

TABELA N°18 - Resumo dos coeficientes de correlação de Pearson, obtidos através de SPSS					
Ano 2011					
População 2011	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o estado	Crimes previstos em legislação avulsa
Regiões	-0,85	-0,54	-0,86	-0,44	-0,39
Relação de masculinidade	-0,37	-0,63	-0,32	-0,66	-0,65
Índice dependência	-0,59	-0,46	-0,58	-0,39	-0,42
Densidade populacional	0,22	0,69	0,11	0,78	0,81
Nenhuma habilitação literária	0,97	0,74	0,99	0,64	0,61
Ensino básico	0,97	0,70	0,99	0,60	0,57
Ensino secundário	0,94	0,97	0,90	0,93	0,91
Ensino superior	0,85	1,00	0,79	0,99	0,98
Desemprego	0,17	0,38	0,11	0,40	0,45
PIB	0,80	1,00	0,73	1,00	0,99
PIB-pc	-0,12	0,41	-0,22	0,52	0,55
Proporção do poder de compra	0,89	0,99	0,84	0,97	0,96
Proporção do poder de compra-pc	0,09	0,60	-0,02	0,70	0,73

Para se obter a população total em estudo, ou seja, a população com idade superior a 15 anos, porquanto, em função da inimizabilidade em razão da idade “*os menores de 16 anos são inimutáveis*” (Código Penal Português) em 2001 e 2011, foram definidas duas novas variáveis que compreendem:

- A primeira variável correspondente à variável população de 2001 compreende a população masculina de 2001 com idades entre os 15 e os 24 anos, mais a população masculina dos 25 aos 64 anos, mais a população masculina com mais de 65 anos, mais a população feminina dos 15 aos 24 anos, mais a população feminina dos 25 aos 64 anos, mais a população feminina com mais de 65 anos.
- A segunda variável, população total de 2011 foi obtida seguindo o mesmo critério.

As variáveis referentes à criminalidade: crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa, foram considerados variáveis dependentes, e as restantes variáveis em estudo: regiões, relação de masculinidade, índice de dependência, densidade populacional, nenhuma habilitação literária, ensino básico, ensino secundário, ensino

superior, desemprego, produto interno bruto, produto interno bruto per capita, proporção do poder de compra, proporção do poder de compra per capita foram consideradas variáveis independentes.

Para se averiguar de quais das variáveis independentes serão as mais correlacionadas com as variáveis dependentes, correspondentes aos vários tipos de crime realizaram-se testes de correlação paramétricos de coeficiente correlação de Pearson, os quais são apropriados para se aferir sobre a intensidade da correlação linear e a respetiva direção entre duas variáveis quantitativas, (Maroco, 2007, p. 43). O coeficiente de correlação de Pearson mede a correlação entre variáveis mas também o seu sentido, que pode ser uma correlação positiva ou negativa.

- H0: As duas variáveis não estão correlacionadas.
- H1: As duas variáveis estão correlacionadas.

Em todos os testes de correlação efetuados foi obtido um valor de prova inferior a 0,01 (todas as correlações foram assinaladas com dois ** ou seja elas são significativas ao nível de 0,01. *“Os coeficientes de correlação podem variar entre -1 (uma associação negativa perfeita) e +1 (uma associação positiva perfeita. O valor “0” reflete a inexistência de relação linear entre as variáveis”* (Pereira, 2008, p. 94), então, em todos os testes registou-se Ho com uma significância de 0,01. Sendo assim, as duas variáveis postas em análise no respetivo teste estão correlacionadas ou seja, o coeficiente de correlação de Pearson tem significância estatística.

É de notar que neste trabalho a dimensão usada para amostra é coincidente com a população estudada ou seja, para o ano de 2001 a dimensão é de 8 699 515 e para o ano de 2011 é de 8 989 068 efetivos.

O coeficiente de correlação de Pearson mede a correlação entre variáveis que, a existir pode ser forte ou fraca. No âmbito do presente trabalho considerou-se uma correlação, forte aquela cujo valor do coeficiente de correlação de Pearson fosse superior a 0,75 e fraca se os respetivos valores de coeficiente de correlação de Pearson ficassem abaixo de 0,50. Mas, o coeficiente de correlação de Pearson também indica o sentido dessa correlação que pode ser uma correlação positiva ou negativa. É uma correlação positiva

quando ambas as variáveis em estudo variam no mesmo sentido, aumentando ou diminuindo. Quando uma delas aumenta e a outra diminui há uma correlação negativa.

TABELA Nº 19 - Coeficiente de determinação obtidos por SPSS, da correlação entre os crimes e as variáveis independentes da população em 2001					
População 2001	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o patrimônio	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o estado	Crimes previstos em legislação avulsa
Regiões	60,0%	26,2%	75,7%	30,5%	42,1%
Relação de masculinidade	17,7%	20,2%	24,0%	29,4%	27,9%
Índice dependência	62,3%	85,8%	20,8%	64,2%	63,9%
Densidade populacional	15,4%	45,5%	5,1%	47,9%	35,8%
Nenhuma habilitação	72,3%	36,5%	74,2%	35,8%	49,3%
Ensino básico	28,2%	20,5%	66,1%	42,9%	44,1%
Ensino secundário	89,3%	94,0%	71,8%	98,2%	99,6%
Ensino superior	1,3%	6,1%	2,6%	1,2%	1,4%
Desemprego	0,2%	4,0%	3,1%	5,6%	1,0%
PIB	85,0%	94,9%	65,3%	98,8%	98,0%
PIB-pc	1,0%	18,6%	0,1%	21,5%	11,6%
Proporção do poder de compra	83,4%	97,4%	57,7%	97,4%	95,8%
Proporção do poder de compra-pc	0,2%	0,5%	0,1%	0,5%	0,4%

A Tabela 19 reproduz de forma resumida os outputs relativos aos coeficientes de determinação obtidos em SPSS, que em conjunto com a análise relativa aos coeficientes de correlação de Pearson constituem o trabalho de inferência estatística.

Os coeficientes de determinação (x^2) têm sempre sinal positivo os mesmos estão associados aos coeficientes de correlação e equivalem aos seus quadrados. Indicam a percentagem da variância explicada pelas variáveis independentes do problema. Independentemente do sinal, positivo ou negativo do coeficiente de correlação, o coeficiente de determinação indica em percentagem da variância explicada, ou seja, a variável “X” explica “Z%” o aumento ou a diminuição da variável “Y”, sendo que no presente trabalho se considerou-se que começa a haver valor explicativo significativo se o coeficiente de determinação for superior a de 70% de variância explicada.

TABELA N° 20 - Coeficiente de determinação obtidos por SPSS, da correlação entre os crimes e as variáveis independentes da população em 2011					
População 2011	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o patrimônio	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o estado	Crimes previstos em legislação avulsa
Regiões	71,0%	28,4%	78,0%	18,1%	14,5%
Relação de masculinidade	13,7%	40,0%	10,6%	44,1%	42,4%
Índice dependência	37,6%	23,0%	35,7%	17,2%	19,4%
Densidade populacional	5,0%	48,4%	1,3%	61,4%	65,8%
Nenhuma habilitação	94,4%	53,8%	97,4%	40,2%	36,5%
Ensino básico	94,6%	49,4%	98,3%	35,6%	32,5%
Ensino secundário	88,8%	93,7%	81,7%	85,6%	82,8%
Ensino superior	72,1%	99,6%	62,2%	97,2%	95,8%
Desemprego	3,7%	15,8%	1,7%	17,7%	21,8%
PIB	64,1%	99,1%	53,5%	99,2%	98,6%
PIB-pc	1,2%	17,0%	4,6%	27,7%	31,6%
Proporção do poder de compra	79,3%	98,6%	69,9%	94,0%	92,7%
Proporção do poder de compra-pc	0,0%	0,4%	0,0%	0,5%	0,5%

4.2. Crimes contra as pessoas

Em relação ao ano de 2001, constata-se uma correlação forte e positiva, com o coeficiente de correlação de Pearson de 0,95 entre os crimes contra as pessoas com os indivíduos que completaram o ensino secundário com uma variância explicada de 89,3%. Também existe uma correlação forte e positiva entre os crimes contra as pessoas e os indivíduos que não concluíram nenhum nível de ensino com o respetivo valor de coeficiente de correlação de Pearson a situar-se nos 0,85 e o coeficiente de determinação em 72,3%, também o PIB e a proporção do poder de compra com coeficientes de correlação 0,92 e 0,91 se correlacionam de uma forma forte e positiva com o crime contra as pessoas, sendo que os respetivos coeficientes de determinação são também significativos, com uma variância explicada de 85% para o PIB e de 83,4% para a variável proporção do poder de compra.

Considerando os crimes contra as pessoas e as regiões 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, que correspondem às regiões Norte, Centro; Lisboa, Alentejo, Algarve, região autónoma dos Açores e região autónoma da Madeira, respetivamente a correlação aumenta sendo forte e negativa com maior concentração nas regiões 1, 2, e 3, cujo coeficiente de correlação de Pearson se situa em $-0,77$, contudo o valor da variância explicada desta variável não é significativo na medida em que se fixa em 60% ou seja abaixo dos 70%, valor considerado significativo. Também há uma correlação negativa forte, $-0,79$, se se correlacionar o crime contra as pessoas e o índice de dependência, também em relação a esta variável o valor do coeficiente de determinação ao não ultrapassar os 62,3% mostra-se não significativo. Quanto aos valores dos coeficientes de correlação mais baixos, ou seja aqueles que indicam uma correlação fraca verifica-se que o coeficiente de correlação é aproximadamente de zero (0) se correlacionadas a variável crimes contra as pessoas com as variáveis desemprego, ensino superior, PIBpc, densidade populacional. Se verificarmos os coeficientes e determinação o que se constata é que as respetivas percentagens de variância associadas a estas variáveis são também as com menores valores registados destacando-se a variável desemprego como aquela cujo valor é o mais baixo com 0,2% de variância explicada. Contudo, a variável PIBpc com 0,2% e a variável ensino superior com 1,3% de variância explicada apresentam valores muito baixos, próximos do zero.

Considerando o ano de 2011, e correlacionando as mesmas variáveis verifica-se uma forte correlação positiva entre o crime contra as pessoas e os indivíduos que não terminaram qualquer nível de ensino, cujo coeficiente de correlação é de 0,97, que concluíram apenas o ensino básico com 0,97 ou o ensino secundário com 0,94, mas também os que concluíram ensino superior com o coeficiente de correlação de Pearson de 0,85 sendo que, estas variáveis relativas ao nível máximo de ensino concluído, em média explicam 87,4% da variância ou seja as mesmas explicam 87,4% do aumento da variável crimes contra as pessoas se em causa estiver o ano de 2011. Também o PIB, com o coeficiente de correlação de Pearson de 0,80 e a proporção do poder de compra, com 0,89, apresentam uma forte correlação positiva com o crime contra as pessoas. Contudo ao apresentar um coeficiente de determinação de 64,1% o mesmo não é considerável significativo. Em sentido contrario, ou seja, apresentando uma correlação negativa, fixada em $-0,85$, mas também forte, apresenta-se a variável regiões 1, 2, e 3 (Norte, Centro e Lisboa), quando confrontada com a variável referente ao crime contra as pessoas,

apresentando também um coeficiente de determinação significativo, cujo valor se situa acima de 71%. Sendo o coeficiente de correlação negativo, significa que, tendo em consideração que a variável regiões representa as regiões de Norte (1), Centro (2), Lisboa (3), Alentejo (4), Algarve (5), região autónoma dos Açores (6) e região autónoma da Madeira (7), à medida que nos aproximamos do (1) maior é a correlação entre as variáveis dependente e independente, ou seja, os crimes contra as pessoas em 2011 estão mais correlacionados com as regiões Norte, Centro e Lisboa do que com as outras regiões do País. Os valores mais baixos são os apresentados pela correlação entre o crime contra as pessoas e a proporção do poder de compra per capita (0,44). Com a mesma tendência constata-se que as variáveis desemprego, PIBpc, densidade populacional, e relação de masculinidade cujos coeficientes de correlação ficam aquém de 0,50, correlacionam-se de forma fraca com o crime contra as pessoas. Se se verificar a tabela número 20 também constata-se os valores mais baixos referentes aos coeficientes de determinação também são os referentes as variáveis proporção do poder de compra per capita com 0,01% de variância explicada, PIBpc com 1,2%, densidade populacional com 5% e relação de masculinidade com 13,7% de variância explicada. De destacar os valores referentes a proporção do poder de compra per capita, desemprego e, PIBpc cujos coeficientes se aproximam dos 0%.

São variáveis comuns para uma correlação positiva forte com o crime contra as pessoas, a variável ensino secundário, PIB, proporção do poder de compra e nenhuma habilitação literária concluída, as quais, em termos de variância média explicada em 2001 detinham uma percentagem de 82,5% e em 2011 uma percentagem de 81,6% de variância explicada. Com sinal contrário, ou seja uma correlação forte mas negativa apenas a variável regiões é comum nos dois anos em estudo cujos coeficientes de determinação eram de 60% e 71% em 2001 e 2011 respetivamente. Se a análise se refere às correlações fracas verifica-se que as variáveis comuns que se correlacionam com o crime contra as pessoas nos anos de 2001 e 2011 são o desemprego, o PIBpc e a densidade populacional.

4.3. Crimes contra o património

Da análise relativa ao ano de 2001 em relação a correlação entre a variável dependente, crime contra o património, e as restantes variáveis independentes, verifica-se que existe uma correlação forte e positiva (0,98) e uma variância explicada de 97,4%, quando está em causa a variável proporção do poder de compra. Também existe uma correlação forte e positiva entre o crime contra o património e PIB, bem como entre o crime contra o património e a variável ensino secundário cujos valores são ambos de 0,97 e um coeficiente de determinação de 94,9% para a variável PIB e 94% se em causa estiver a variável proporção do poder de compra. Por outro lado, correlacionando-se este tipo de crime com o índice de dependência, a correlação mantém-se forte mas, no caso é negativa (- 0,93), ou seja, o coeficiente de correlação aumenta à medida que evoluímos para as regiões 1, 2 e 3, e uma variância explicada de 85,8%. As variáveis desemprego, ensino superior, PIBpc, muito embora se correlacionem com o crime contra o património, essa correlação é fraca porquanto os respetivos valores são inferiores a 0,50 ou - 0,50 sendo que, estas variáveis em média explicam em 9,5% do aumento da variável crimes contra o património.

Analisando o ano de 2011, com uma correlação forte e positiva entre a variável dependente, crime contra o património, e as variáveis independentes em análise surgem as variáveis ensino superior com 1,00, a variável PIB também com 1,00 a variável proporção do poder de compra com 0,99 e a variável ensino secundário com 0,97, aproximando-se da correlação perfeita (1), sendo que em termos de coeficientes de determinação as mesmas variáveis têm uma variância explicada de 99,6% para a variável ensino superior, 99,1% para a variável PIB, 98,6% para a variável proporção do poder de compra e 93,7% de variância explicada para a variável ensino secundário. No ano de 2011 não existem correlações fortes e negativas. Quanto a correlações fracas as mais significativas são as que se referem às correlações entre a variável crime contra o património e a variável desemprego, muito embora mais significativa do que em 2001, com o coeficiente de correlação de Pearson de 0,38, a variável PIBpc e a variável índice de dependência com os valores de 0,40 e 0,46, respetivamente, cujos coeficientes de determinação não ultrapassaram os pouco significativos 23%.

São variáveis comuns nos anos de 2001 e 2011, em relação aos crimes contra o património e as outras variáveis, com correlação forte e positiva as variáveis ensino secundário, PIB e proporção do poder de compra. Com correlações fracas são comuns as variáveis desemprego e PIBpc.

4.4. Crimes contra a vida em sociedade

Da análise dos coeficientes de correlação de Pearson referentes ao ano de 2001 considerando a variável crimes contra a vida em sociedade, variável dependente, correlacionada com as variáveis independentes verifica-se que a correlação é forte e positiva quando está em questão os indivíduos sem nenhuma habilitação literária (0,86). Esta variável apresenta também um coeficiente de determinação significativo na medida em que detém uma variância explicada de 74,2%. Mas também quando em causa estão os indivíduos que apenas concluíram o ensino básico e ensino secundário (0,81 e 0,85, respetivamente). Muito embora estas variáveis sejam menos explicativas a variável ensino secundário ainda apresenta um coeficiente de determinação significativo, com 71,8%. A correlação é igualmente forte e positiva, estando em análise o PIB e a proporção do poder de compra, contudo com valores abaixo dos 70%, logo pouco significativos em termos de coeficientes de determinação. Em sentido oposto, ou seja uma correlação forte mas negativa apenas se verifica se entrarmos em linha de conta com a variável regiões, sendo que é especialmente forte nas regiões 1, 2, e 3 (Norte, Centro e Lisboa) com uma variância explicada de 75,7%. Se na análise se considerar as variáveis PIBpc, ensino superior, desemprego, densidade populacional e proporção do poder de compra per capita, constatamos uma correlação fraca entre elas e a variável dependente, crimes contra a vida em sociedade, tendo em conta que os respetivos coeficientes de correlação ficam abaixo dos 0.50 ou - 0.50 e uma variância explicada média de 2,3% ou seja quase nula.

Em 2011, quanto às correlações positivas e fortes, são relevantes, os valores que correspondem aos coeficientes de correlação entre os indivíduos que não possuem qualquer habilitação literária mas também os indivíduos que concluíram o ensino básico, secundário e superior, sendo que, em todas as variáveis que dizem respeito às habilitações

literárias o valor do coeficiente de correlação de Pearson situa-se acima de 0,75 e a média de variância explicada situa-se em 84,9%, sendo especialmente relevante, por ser o mais elevado, o valor correspondente à variável relativa aos indivíduos que apenas concluíram o ensino básico 0,99, muitíssimo próximo da correlação perfeita (1). A variável proporção do poder de compra correlacionada com a variável crimes contra a vida em sociedade também atinge valores significativos (0,84), contudo abaixo dos 70% em termos de variância explicada. Se em análise for colocada a variável PIB, o valor do coeficiente de correlação de Pearson obtido fixa-se abaixo dos 0,75, contudo, aproxima-se muito (0,73) do valor que no presente trabalho foi definido como o valor necessário para se considerar haver uma correlação forte e no caso positiva. Quanto às correlações negativas e fortes, apenas se verificam quando em confronto correlacional são postas a variável crimes contra a vida em sociedade e a variável regiões especialmente visível nas regiões 1, 2, e 3 (Norte, Centro e Lisboa), cujo coeficiente de correlação de Pearson fixa-se em -0.86 sendo que a variável é explicativa ao nível de 78%.

Verificam-se correlações fracas se em causa estiverem as variáveis proporção do poder de compra per capita, desemprego, densidade populacional, PIBpc e relação de masculinidade, sendo que em relação às variáveis relação de masculinidade, PIBpc e poder de compra per capita essa correlação é negativa e a sua variância explicada muito pouco significativa, com valores próximos de 1%.

As variáveis relativas às habilitações literárias (nenhuma habilitação literária, ensino básico, e ensino secundário), PIB e proporção do poder de compra são variáveis que em ambos os anos revelam uma correlação forte e positiva, ao passo que a variável regiões 1, 2, e 3, (Norte, Centro e Lisboa) evoluem em sentido contrario, com valores a revelarem correlação forte e negativa. Analisando as variáveis PIBpc, desemprego, densidade populacional e proporção do poder de compra per capita, verificam-se valores sempre abaixo do 0,50 ou -0.50 , o que significa que em ambos os anos a correlação entre os crimes contra a vida em sociedade e as variáveis citadas foram fraca.

4.5. Crimes contra o Estado

Em 2001, tendo em consideração os coeficientes de correlação entre a variável dependente crimes contra o Estado e as variáveis independentes em estudo, constata-se a existência de correlações fortes e positivas quando em questão estão as variáveis independentes PIB, proporção do poder de compra e as variáveis referentes a indivíduos que apenas concluíram o ensino secundário foram todos de 0,99, muito próximo da correlação perfeita. Também a média de variância explicada relativa às variáveis em questão é muito significativa, porquanto com uma percentagem de 98,1% aproximam-se bastante dos 100%. No que a correlações fracas diz respeito a variável referente aos indivíduos que concluíram o ensino superior com um coeficiente de correlação de 0,11, apresenta uma correlação bastante fraca bem como a variável, com os valores de prova de 0,24, referente ao desemprego. Estas variáveis pouco ou nada explicam porquanto com 1,2% e 5,6% de variância explicada são quase que insignificantes. O coeficiente de correlação de Pearson relativo a variável proporção do poder de compra per capita, (0,74), muito embora elevado ainda se enquadra nas que se consideram correlações fracas e positivas. Correlações fortes e negativas apenas se registaram quando em análise estiveram as variáveis crimes contra o Estado, com a variável índice de dependência.

No que ao ano 2011 e à correlação entre os crimes contra o Estado, versos variáveis independentes em estudo, o que se verificou foi que a correlação aumenta com a variável densidade populacional para o coeficiente de correlação de 0,78, no entanto com um coeficiente de determinação inferior a 70%, considerados significativos no presente estudo. Especialmente relevantes, por atingirem valores próximos da correlação perfeita são os coeficientes de correlação entre a variável dependente, crimes contra o Estado e as variáveis independentes correspondentes aos indivíduos que concluíram apenas o ensino secundário (0,93), o ensino superior (0,99), bem como as variáveis relativas ao PIB com 1,00 e proporção do poder de compra com 0,97, sendo que em média estas variáveis têm uma variância explicativa de 94%. Em 2011, não se verificaram correlações negativas forte e quanto às correlações fracas, estas verificaram-se quando em causa estiveram as variáveis índice de dependência, com o coeficiente de correlação de Pearson de $-0,39$, por tanto uma correlação negativa fraca, desemprego com o coeficiente de correlação de 0,4 e

regiões 1, 2 e 3 (Norte Centro e Lisboa), com o coeficiente de correlação de $-0,44$, também apresenta uma correlação fraca e negativa a exemplo da variável índice de dependência.

Correlações fortes e positivas comuns nos anos de 2001 e 2011, foram as correlações referentes aos crimes contra o Estado e, quando em oposição ao PIB, à proporção do poder de compra e às regiões 1, 2 e 3. Correlações fortes mas negativas comuns não existiram e apenas o confronto entre a variável desemprego com a variável crimes contra o Estado revelou uma correlação fraca.

4.6. Crimes previstos em legislação avulsa

Tendo em consideração os crimes previstos em legislação avulsa como condição de variável dependente, versos restantes variáveis consideradas neste estudo na condição de variáveis independentes, relativamente ao ano 2001 e no que aos coeficientes de correlação diz respeito, constatou-se a existência de correlações fortes e positivas quando em questão estavam as variáveis independentes relativas aos indivíduos que apenas concluíram o ensino secundário (1,00), uma correlação positiva quase perfeita e um coeficiente de determinação de 99,6%, PIB com um coeficiente de correlação de Pearson de 0,99 e um coeficiente de determinação de 98% e proporção do poder de compra com o do coeficiente de correlação de 0,98, cujo coeficiente de determinação se fixou em 95,8%. Com sinal contrario ou seja com sinal negativo apenas se registou uma correlação negativa significativa quando se confrontou a variável dependente com a variável índice de dependência ($-0,80$), mas aquém dos 70% de variância explicada para ser considerado significativo. No que às correlações fracas dizem respeito a destacar que o desemprego (0,10), o PIBpc (0,65) e os indivíduos que concluíram o ensino superior (0,12) se correlacionam de forma fraca mas positiva com a variável crimes previstos em legislação avulsa. Em termos de variância explicada destacam-se as variáveis desemprego com 1% e ensino superior com 1,4%, ou seja com um coeficiente de determinação quase nulo.

No ano de 2011, verifica-se que a correlação aumenta quando em causa está a variável independente, indivíduos que concluíram apenas o ensino secundário, indivíduos que concluíram o ensino superior, PIB e a variável independente densidade populacional,

cujos respetivos valores se situam sempre acima do valor do coeficiente de correlação de Pearson de 0,75, e os coeficientes de determinação sempre superiores a 70%, sendo que em média se fixaram em 92,4% de variância explicada. Correlações fortes mas negativas não se verificaram quando em questão estava a variável dependente crimes previstos em legislação avulsa. Se analisarmos as variáveis regiões 1, 2, e 3, índice de dependência e desemprego constata-se que a correlação existente é fraca contudo as duas primeiras são negativas e o desemprego apresenta uma correlação positiva, muito embora fraca.

Comparando ambos os anos de 2001 e 2011 ressalta que as variáveis independentes relativas a indivíduos que concluíram o ensino secundário, PIB e proporção do poder de compra são comuns aos dois anos e apresentam correlações fortes e positivas e que os coeficientes de determinação são significativos. Correlações negativas e fortes não existem e, correlações fracas, só existem em ambos os anos quando se considera a variável independente desemprego.

4.7. Análise dos resultados

A variável independente desemprego é aquela que apresentou sempre uma correlação fraca e com pouco poder explicativo face às variáveis relativas aos crimes. O facto poderá querer dizer que a variável desemprego não se correlaciona nem explica a criminalidade. Apresentando a mesma tendência, ou seja, com pouco poder explicativo e a correlacionar-se de forma fraca com a criminalidade surge a variável proporção do poder de compra per capita, sendo especialmente relevantes os coeficientes obtidos quer no ano de 2001, quer no ano de 2011, relativos aos crimes contra as pessoas e aos crimes contra a sociedade, cujos coeficientes de correlação se aproximaram do “zero”. Em termos de coeficientes de determinação os mesmos também são baixos e assim, pouco explicativos. Contudo, muito embora abaixo do valor de referência (0,75), o coeficiente de correlação entre a variável proporção do poder de compra per capita e os crimes contra o património, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa já demonstram algum significado se bem que pouco. A variável independente PIBpc, a exemplo da variável desemprego também apresenta em ambos os momentos de avaliação (2001 e 2011),

coeficientes de correlação e de determinação fracos e pouco explicativos. Estas variáveis são sobretudo variáveis com caráter pessoal e de alguma forma transitórias, na medida em que por exemplo o desemprego é uma situação normalmente circunstancial. Ao correlacionarem-se de forma fraca e com pouco poder explicativo querem dizer que a criminalidade não está correlacionada nem é explicada por estas variáveis. Não deixa de ser curioso de estas variáveis de alguma forma se relacionarem com a economia e pouco ou nada influenciarem a criminalidade contrariando o senso comum.

Em sentido contrário, as variáveis independentes PIB e proporção do poder de compra correlacionam-se fortemente e com bastante poder explicativo com as variáveis relativas à criminalidade, com correlações quase perfeitas ou mesmo perfeitas como é o caso da correlação entre as variáveis PIB e as variáveis crimes contra o património e crimes contra o Estado.

Se a análise se centrar nas variáveis explicativas de carácter puramente demográfico, como a relação de masculinidade, densidade populacional e índice de dependência total, verifica-se que a variável relação de masculinidade pouco se correlaciona com as variáveis relativas ao crime, quer em 2001, quer em 2011. Contudo, se a análise recair sobre a variação da relação de masculinidade entre 2001 e 2011 verifica-se que em 2001 era superior, ou seja, em 2001 havia mais homens por cada 100 mulheres do que em 2011 em todas as regiões do País exceto na região autónoma da Madeira, onde essa relação se manteve em 89%. Se se verificar os coeficientes de correlação e de determinação entre a variável independente relação de masculinidade e as variáveis dependentes relativas ao crime constata-se que a variação correlacional não segue o mesmo padrão, ou seja, se o coeficiente de correlação entre a variável relação de masculinidade e as variáveis crimes contra as pessoas e crimes contra a vida em sociedade, foram em 2011 inferiores aos coeficientes relativos a 2001. Já no que diz respeito às variáveis crimes contra o património, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa os coeficientes de correlação e de determinação foram superiores em 2001 em relação a 2011. Analisando os resultados não se pode afirmar que a relação de masculinidade pouco se correlaciona com a criminalidade, mas pode-se sustentar que a relação de masculinidade entre 2001 e 2011 afetou de forma diferenciada os diferentes tipos de crime. É especialmente relevante que o coeficiente de correlação entre os crimes contra as pessoas e

a relação de masculinidade tenha decrescido entre 2001 e 2011. Talvez este resultado esteja a ser influenciado pelo facto de o crime de violência doméstica ter passado a ser considerado autonomamente e ter deixado de estar englobado nos crimes contra as pessoas, no entanto, a tese carece de confirmação em futuros trabalhos.

Analisando-se a variação registada entre 2001 e 2011 no que à densidade populacional diz respeito, constata-se que a densidade populacional nas regiões de Lisboa, Algarve e região autónoma da Madeira foi superior em 2011, mas se se comparar as variações da densidade populacional e dos diferentes tipos de crime por regiões constata-se que não existe qualquer padrão nas correlações entre as diferentes regiões e os diversos tipos de crime, assim sendo, há crimes cujo número aumenta entre 2001 e 2011, numa determinada região, mas que diminui noutra. A exceção verifica-se na região autónoma da Madeira porquanto o número de crimes registados na região em 2011 foi inferior aos crimes registados em 2001, independentemente do tipo de crime.

Em termos de correlação entre a variável independente densidade populacional e as variáveis dependentes relativas aos crimes ressalta a evidência que em 2001 os coeficientes de correlação entre as variáveis respeitantes à criminalidade e a variável densidade populacional era fraca. No entanto, em 2011 em relação aos crimes contra as pessoas, crimes contra o património e crimes contra a vida em sociedade também fosse fraca, já era forte se em causa estivessem as variáveis crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa. Parece pouco sustentável defender-se que a variável densidade populacional se correlaciona fortemente com a criminalidade, antes pelo contrário.

Quanto ao índice de dependência total verifica-se que em 2001 havia uma correlação forte e negativa com as variáveis relativas ao crime, exceto em relação aos crimes contra a vida em sociedade. Tal facto quer dizer que a correlação diminuía à medida que aumentava o número de ativos. Contudo, o mesmo já não se verifica se em causa estiver o ano de 2011. Na verdade, em 2011, os coeficientes de correlação entre todos os tipos crimes e a variável independente, se bem que com sinal negativo já era uma correlação fraca e com pouco poder explicativo.

A variável regiões caracteriza-se por quer em 2001, quer em 2011, apresentar sempre coeficientes de correlação negativos. O facto quer dizer que à medida que nos

aproximamos das regiões do Norte, Centro e Lisboa a correlação com as variáveis que dizem respeito aos crimes aumenta. Também relevante, é que quer em 2001, quer em 2011, as variáveis crimes contra as pessoas e crimes contra a vida em sociedade se correlacionam fortemente com a variável regiões. Se se analisar as variáveis crimes contra o património, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa, verifica-se uma correlação fraca. Em função dos coeficientes de correlação obtidos pode-se considerar que a variável independente regiões se correlaciona fortemente com apenas alguns tipos de crimes. Tal facto, poderá indiciar que as especificidades sociodemográficas das diversas regiões condicionam de forma diferente o comportamento dos respetivos Cidadãos.

Analisando-se o coeficiente de correlação entre as variáveis referentes à criminalidade e as variáveis relativas ao ensino: nenhuma habilitação literária, ensino básico, ensino secundário e ensino superior, há que ter em conta que estas variáveis foram recodificadas e que a metodologia utilizada em 2001 e a metodologia utilizada em 2011 para atribuição de um determinado nível literário são diferentes. Mesmo assim, verifica-se que em 2001 a variável nenhuma habilitação literária se correlacionava fortemente com os crimes contra as pessoas e com a variável crimes contra a vida em sociedade, ou seja, correlacionava-se fortemente com o tipo de crimes mais primários. Em sentido contrário, a variável independente nenhuma habilitação literária correlacionava-se de forma fraca com os crimes contra o património, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa. Se em causa estiver a variável ensino básico, verifica-se que em 2001 apenas existiu uma correlação forte entre essa variável independente e a variável dependente crimes contra a vida em sociedade.

Quanto à variável referente aos indivíduos que concluíram apenas o ensino secundário o destaque é que em 2001 todas as variáveis relativas à criminalidade se correlacionam fortemente e com um poder explicativo significativo com a variável ensino secundário, havendo mesmo uma correlação perfeita entre os crimes previstos em legislação avulsa e uma correlação quase perfeita entre os crimes contra o Estado com a variável ensino secundário. Relativamente à variável ensino superior verifica-se que a correlação existente entre esta variável e as variáveis que dizem respeito à criminalidade é quase sempre positiva mas fraca. Se em análise estiver o ano de 2011, quanto à variável nenhuma habilitação literária e ensino básico a tendência é a mesma que a verificada em

2001, ou seja, os crimes contra as pessoas e os crimes contra a vida em sociedade têm uma forte correlação com a variável nenhuma habilitação literária. No mesmo, sentido as variáveis crimes contra o património, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa têm uma correlação fraca com a variável nenhuma habilitação literária. Se em causa estiverem as variáveis ensino secundário e ensino superior, em 2011, constata-se que estas variáveis se correlacionam fortemente com todos os tipos de crime. É especialmente relevante a correlação perfeita entre as variáveis ensino superior e a variável crimes contra o património e a correlação quase perfeita entre os crimes previstos em legislação avulsa com a variável ensino superior. Da análise da correlação entre os diferentes tipos de crimes e os diversos níveis de habilitações parece defensável a tese de que indivíduos cujos níveis literários são mais baixos tendencialmente cometem crimes mais primários como os crimes contra as pessoas e os crimes contra a vida em sociedade e indivíduos detentores de níveis de habilitações mais elevados, tendencialmente cometem tipos de crimes mais elaborados como crimes contra o património, crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa. Assim sendo indivíduos com diferentes níveis literários comporta-se de forma diversa face à criminalidade.

Conclusões

Não são apenas questões quantitativas que estão em causa quando verificamos um certo desequilíbrio populacional, estão também em causa questões qualitativas sendo que pode-se afirmar que de entre as diferentes preocupações “a problemática da defesa, da segurança e da estratégia, face às mutações demográficas” então no centro das preocupações dos Estados” (Nazareth, 2007, p. 57). A partir da segunda metade do século XX, o objeto de análise da demografia alterou-se substancialmente (Nazareth, 2007, p. 11). O objeto de análise não se resume à descrição de uma determinada dinâmica populacional, para se debruçar também sobre os efeitos económicos e sociais dessas dinâmicas (Nazareth, 2007, p. 11). Ford e Young (1970), no livro “Demografia Social” citada em (Nazareth, 2007, p. 55), definiram que “existem duas vias para se estudarem as relações entre os fatores sociais e culturais e as variáveis populacionais: os fatores sociais e culturais podem ser considerados como variáveis independentes que explicam a estrutura e a dinâmica populacional; por outro lado, saber em que medida a dinâmica populacional afeta os problemas da sociedade é igualmente importante”. Numa análise puramente demográfica, as variáveis a considerar são as variáveis demográficas que podem ser dependentes ou independentes, contudo, se a análise tiver caráter demográfico e social, o centro da pesquisa desloca-se, sendo que as variáveis demográficas explicarão ou serão explicadas em função do fenómeno em causa (Nazareth, 2007, p. 55). É dessa forma que variáveis demográficas podem ser explicadas ou explicar fenómenos não demográficos, como por exemplo fenómenos sociais contemporâneos como a segurança (Nazareth, 2007, pp. 55-56).

O conceito de segurança não reúne unanimidade, o mesmo é difuso e abrange áreas diversificadas. Numa perspetiva vestefaliana são os Estados os únicos atores no cenário securitário, sendo as respetivas Forças Militares os seus principais agentes em matéria de segurança. Nos nossos dias, as fronteiras perdem relevância e como nunca se facilita a livre circulação de pessoas e bens. O paradigma securitário já não é o mesmo, a defesa do território perde importância face às questões diretamente relacionadas com o cotidiano das pessoas. O conceito de segurança nos nossos dias contempla questões do domínio da

política da ciência da economia do ambiente entre outras, nesse contexto a questão securitária centra-se no ser Humano.

Perceber por que motivo algumas pessoas adotam comportamentos contrários à norma estabelecida sempre foi uma questão. As primeiras abordagens incidiam sobre as características intrínsecas dos indivíduos, quer de caráter físico, quer de caráter psicológico, as quais naturalmente foram rejeitadas. Uma abordagem sociológica da criminalidade e consequentemente da segurança parece ser mais adequada. Na verdade o enquadramento normativo da sociedade num determinado momento não é o mesmo que noutro. O que hoje é considerado ilícito, amanhã poderá não ser, sem que o indivíduo altere a sua conduta. A ser assim, parece que estamos perante construções sociológicas que pouco terão a ver com as características intrínsecas dos indivíduos. A existência de grandes diferenças entre pobres e ricos certamente que influenciará as oportunidades dos indivíduos à partida, por outro lado, a própria sociedade encara comportamentos similares de forma diversificada em função do estatuto social que o indivíduo detém, estigmatizando os mais desfavorecidos.

A organização das Cidades nos dias de hoje não é a mesma de outrora, a convivência social que existia, entre vizinhos, potenciava um forte controlo informal sobre a sociedade e condicionava o comportamento dos seus membros no sentido destes se comportarem conforme as normas socialmente estabelecidas. Nos nossos dias proliferam os grandes espaços comerciais e assiste-se a uma certa indiferença e individualismo nas relações pessoais. A emergência do Estado social determina uma mudança paradigmática em termos de comportamentos, quer do Estado, quer dos atores sociais. Numa primeira fase as questões da segurança eram tratadas preferencialmente pelos Cidadãos, sendo que os crimes relacionados com o património se encontravam no centro das preocupações. Na fase do Estado social o Estado passa a exercer a sua influência em matéria de segurança. Na verdade, a intervenção do Estado fez com que especialmente os crimes contra a vida diminuíssem drasticamente, contudo, essa intervenção estatal fez com que os Cidadãos abdicassem das suas responsabilidades na matéria, transformando o Estado no único responsável em matéria de segurança, estava em causa o controlo informal das sociedades. Se até então a intervenção do Estado tinha influenciado positivamente a criminalidade, agora é ele próprio “responsável” pelo estado securitário atual, na medida em que detendo

o monopólio das questões relacionadas com a segurança dificulta o controlo da sociedade por parte dos seus membros e facilita a desresponsabilização dos Cidadãos.

Paradigmáticas também foram a mudanças verificadas em termos de segurança em consequência da globalização e da evolução tecnológica registado nos últimos anos. Os Estados perdem parte das respetivas soberanias em favor de entidades supranacionais, como por exemplo a União Europeia. Como nunca, facilita-se a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais e dessa forma as fronteiras perdem relevância. O foco, em matéria de segurança deixa de ser o território e passa a ser o ser Humano, emergem assim as questões de segurança interna e as Polícias em detrimento da segurança territorial e dos Forças Armadas. Por outro lado os avanços tecnológicos maximizam o fenómeno tendo em conta que a internet esbateu quase que por completo barreiras territoriais.

A par das mudanças referidas, também as circunstâncias sociodemográficas portuguesas se alteraram. Muito embora Portugal sempre tenha sido um País de emigrantes, cuja emigração numa primeira fase se caracterizava por ser especialmente intercontinental com o Brasil e Estados Unidos da América como os destinos preferidos, em meados dos anos 50 a preferência recaiu sobre os Países Europeus mais próximos como a Alemanha, Luxemburgo e França, em franca expansão económica após o fim da II Guerra Mundial. Assistiu-se nesta fase uma forte saída de efetivos do País, não só em busca de melhores condições de vida mas também para fugirem à Guerra do Ultramar. O fim dos conflitos com os Países Africanos então colonizados, a queda do regime ditatorial e a adesão de Portugal à União Europeia abrem caminho ao fim do obscurantismo em que Portugal vivia. Portugal deixou de ser um País eminentemente de emigrantes e passou também a ser um País de destino. Primeiramente foram os retornados que regressaram quer das ex-colónias quer da emigração, mas, também passou a ser um País de destino de outros Cidadãos especialmente oriundos do Brasil, e dos Países do Leste Europeu.

A adesão de Portugal à União Europeia aproximou os padrões de vida dos portugueses aos padrões de vida dos Países mais desenvolvidos são evidentes as melhorias sociais e económicas dos Cidadãos portugueses face à realidade anterior, contudo, muito embora se tenha registado uma evolução favorável a realidade portuguesa está ainda aquém dos melhores padrões de vida dos Países Europeus. São paradigmáticos os altos índices de analfabetismo que ainda se verificam e as fracas qualificações profissionais dos

trabalhadores portugueses, aliados a processos produtivos ultrapassados com implicações negativas no tecido produtivo português.

Em termos puramente demográficos a evolução registada em Portugal não se ficou por apenas a aproximação à realidade dos Países Europeus mais desenvolvidos. A realidade portuguesa atual segue a mesma tendência das suas congéneres Europeias, é especialmente relevante a queda das taxas de natalidade e o aumento da esperança média de vida, o facto provoca um forte duplo envelhecimento populacional, na base e no topo da pirâmide, fruto dos avanços tecnológicos na campo da medicina, mas também fruto de alterações sociológicas como por exemplo a massificação da presença da mulher no mercado de trabalho. As questões sociodemográficas não serão apenas consequências das alterações circunstanciais mas também poderão ser causas das mudanças registadas na sociedade portuguesa.

“Qual o papel da evolução sociodemográfica na segurança interna portuguesa” é a questão a que se procurou responder com este trabalho. Para lhe dar resposta duas hipóteses foram formuladas:

- Hipótese 1 – *A dinâmica do tecido social facilita a falência do controlo informal da sociedade com efeitos negativos ao nível do comportamento dos seus membros.*
- Hipótese 2 – *Os indivíduos delinquentes interagem com o meio que lhes é próximo. A adoção de comportamentos desviantes é a reação à rejeição de que são alvo por parte da sociedade.*

Tudo leva a crer que as circunstâncias sociodemográficas que envolvem o individuo exercem influência sobre o seu comportamento social. Nessa perspetiva, não sendo uma verdade absoluta e considerando unicamente as variáveis em estudo neste trabalho pode-se concluir que variáveis de carácter coletivo, como por exemplo o produto interno bruto e a Proporção do Poder de Compra se correlacionam fortemente com os diferentes tipos de crime estudados e por isso influenciam significativamente a segurança. Variáveis como a densidade populacional, a região onde se vive e o índice de dependência total, muito embora influenciem menos, ainda se correlacionam com algum significado, especialmente com alguns tipos de criminalidade. Em sentido contrário, as variáveis de carácter mais transitório e individual como por exemplo o desemprego, o produto interno

bruto per capita, a proporção do poder de compra per capita pouco se correlacionam com a criminalidade e assim sendo pouco a influenciam. Numa sociedade de consumo, a posse de produtos da moda, mais acessíveis em períodos e em zonas prósperas, de certa forma hierarquiza a sociedade e atribuem aos seus membros diferentes estatutos tornando-os mais apetecíveis. Por outro lado o Estado social desresponsabiliza o Cidadão. Parece pois pacífico que a primeira hipótese se confirma, ou seja, a dinâmica da sociedade, enfraquece os laços entre os indivíduos, sendo que emerge o isolamento, individualismo e a desresponsabilização cívica, com prejuízo do coletivo, o facto facilita a falência do controlo informal das sociedades com influencia ao nível dos comportamentos dos seus membros e com repercussões na segurança interna.

Quanto à segunda hipótese, a bibliografia induz no sentido da suspeita de que os indivíduos interagem com o meio que lhes é próximo. Estigmatizados e marginalizados estes reagem negativamente contra a sociedade adotando comportamentos contrários à norma por ela estabelecida. No entanto, face aos indicadores e às variáveis postas em análise no trabalho empírico, em boa verdade não é muito claro que a hipótese se confirma ou não. Por certo, outros indicadores e outras variáveis seriam mais adequados. Contudo, não deixa de ser relevante o facto de serem as variáveis explicativas ou independentes, de carácter exógeno as que apresentam maiores coeficientes de correlação e determinação face às variáveis independentes, ou seja, as variáveis referentes à criminalidade. Claro parece ser que as variáveis de carácter endógeno ou intrínseco pouco ou nada se correlacionam com a criminalidade e assim sendo é defensável que os indivíduos delinquentes interagem com o meio que lhes está próximo, confirmando-se também a segunda hipótese.

Bibliografia

- Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise social* , XXIX (128), pp. 959-980.
- Barreto, A. (2002). *Mudanças sociais em Portugal, 1960/2000*. Obtido em 2 de junho de 2011, de www.ics.ul.pt:
<http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf>
- Canotilho, J. J., & Moreira, V. (2007). *Constituição da república portuguesa anotada* (4 ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra editores.
- Cunha, M. I. (2010). *Race, crime, and criminal justice in Portugal*. Obtido em 11 de dezembro de 2011, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11649>:
http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11649/4/Race%2c_Crime_%26_Criminal_Justice_in_PortugalCunhaEthCrime.pdf
- Escorrega, L. C. (2010). *A segurança e os novos riscos e ameaças: Perspetivas várias*. Obtido em 23 de outubro de 2011, de www.revistamilitar.pt:
<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=499>
- Fernandes, L., & Rêgo, X. (fevereiro, vol. 15, no.1 de 2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica* , pp. 167-181. ISSN 0873-6561.
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia científica fundamentos métodos e modelos* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Giddens, A. (1998). Desvio e criminalidade. *Sub judice justiça e sociedade* n° 13 , pp. 9-30.
- Jannuzzi, P. M. (s.d.). *Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas*. Obtido em 3 de outubro de 2012, de <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>

- Leal, J. M. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologia, ano 12, nº 23* , pp. 394-427.
- Lourenço, N. (2011). Sentimento de insegurança e estado de direito. *Segurança e defesa* , pp. 70-83.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Frias, G. (1998). Delinquência urbana e exclusão social. *Sub judice justiça e sociedade nº 13* , pp. 50-59.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Millan, S. A., Foltz, J. E., Jackson, J., & Oberg, A. (2008). The globalization of crime. *The Futurist* , pp. 41-50.
- Muga, A. P. (2009). Conductas violentas. Un problema social en la convivencia cotidiana. *Revista de estudios policiales nº 5 - Policía de investigaciones de Chile* , pp. 59-80.
- Nazareth, J. M. (2007). *Demografia a ciência da população*. Lisboa: Editorial Presença.
- Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento a emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Pereira, A. (2008). *SPSS, Guia prático de utilização, análise de dados para ciências sociais e psicologia* (7ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ribeiro, M. (1998). Tomando a dianteira: mulheres e emigração em regiões desfavorecidas. *Revista crítica de ciências sociais* , pp. 167-181.
- Ritzer, G. (2010). *Globalization a basic text*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Rosa, M. J., & Chitas, P. (2010). *Portugal os números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Scott, S. J., & Messner, S. F. (2000). Crime demography and: Multiple linkages, reciprocal relations . *Annual Reviews Sociol.* , pp. 83-106.
- Silva, N. M. (2010). *Cidadania e segurança: uma análise prospetiva*. (I. C. segurança, Ed.)
Obtido em 23 de outubro de 2011, de <http://www.segurancaedefesa.org/>:

http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_4H_texto_pdf_nuno_parreira_silva.pdf

Valente, M. M. (2004). Evolução sócio-jurídica da criminalidade. *Arquipélago-Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série, VIII, pp. 281-308.

Vervoorn, I., Nimwegen, N. v., Leeuw, F. L., & Laan, A. M. (2007). Justitie en demografie: over ontgroening, vergrijzing en verkleuring. *Wetenschappelijk Onderzoek-en Documentatiecentrum-Ministerie van veiligheid en justitie*.